

Agricultura Multifuncional no Montado Alentejano
-Estudo de Caso da Herdade do Freixo do Meio-

Valentina Filomena Antunes de Sousa Auriault

Dissertação de Mestrado
em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos

Março 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em *Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos* realizada sob a orientação científica da Professora Iva Miranda Pires.

*Ao meu pai
que sempre semeou bolotas
pensando nos netos.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Professora Iva Miranda Pires pelas aulas inspiradoras e por todo o apoio que me deu na elaboração deste trabalho. A interdisciplinaridade é um exercício difícil que nos obriga a aventurarmo-nos por terrenos desconhecidos. Admiro, sobretudo, a sua abertura de espírito que é tão necessária à Ecologia Humana na tentativa de compreender a enorme complexidade dos problemas do nosso tempo.

Gostaria de agradecer a Alfredo Cunhal Sendim por, apesar de todos os muitos afazeres, ter encontrado tempo para conversar demoradamente comigo e pela forma generosa como partilhou informação.

Por fim, gostaria de agradecer a Ana Luísa Janeira pelas nossas longas e estimulantes conversas, acerca do Freixo do Meio e de muitas coisas mais. Tudo está ligado.

RESUMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AGRICULTURA MULTIFUNCIONAL NO MONTADO ALENTEJANO

O CASO DA HERDADE DO FREIXO DO MEIO

AUTOR: VALENTINA FILOMENA ANTUNES DE SOUSA AURIAULT

PALAVRAS-CHAVE: Multifuncionalidade, Agricultura, Alentejo, Montado, Herdade do Freixo do Meio

Nos tempos de hoje, emerge uma nova consciência global sobre a falência do modelo produtivista e a necessidade de adoptar uma visão integrada da agricultura, multifuncional, que reconheça as suas múltiplas funções e valências, no plano da sustentabilidade económica, social e ambiental.

Numa exploração tradicional de montado (Herdade alentejana tradicional) o nível de multifuncionalidade era muito elevado. Existia um aproveitamento eficiente e equilibrado, extensivo mas muito diversificado, dos recursos disponíveis. Contudo, ao longo do tempo, o montado foi sofrendo vários tipos de pressões que conduziram, nalguns casos, à intensificação da produção, noutros ao abandono, ambos negativos para a manutenção do conjunto dos serviços que este ecossistema tradicionalmente presta às comunidades humanas. Apesar do carácter extensivo se ter mantido em larga medida, o que lhe permite permanecer um dos ecossistemas mais bem preservados da Europa, a tendência foi para muitas explorações tenderem para a simplificação. Muitas delas tornaram-se economicamente dependentes da cortiça e dos subsídios à exploração. Assiste-se a uma perda de valências da agricultura alentejana, cada vez menos capaz de gerar emprego e sustentar o desenvolvimento

sócio económico da região e cada vez mais vulnerável face às incertezas no futuro da cortiça e face aos reveses da PAC.

Através do estudo de caso da Herdade do Freixo do Meio, pretendeu-se analisar as novas estratégias que permitem recriar o modelo multifuncional tradicional, no montado Alentejano, e adaptá-lo perante todo um novo contexto social, económico e ambiental. Por outro lado, tratou-se de compreender e problematizar as novas forças que se entrecruzam neste espaço e que podem facilitar ou bloquear o desenvolvimento e disseminação deste modelo.

As estratégias são de vária ordem: acrescentar valor nas funções tradicionais (produção de alimentos e matérias primas); alargamento a novas funções dando resposta a novos tipos de procura; e reposicionamento, integrando novos tipos de recursos. Estas estratégias traduzem-se no respeito e valorização pelo conjunto integrado dos serviços que o ecossistema montado proporciona às comunidades humanas: serviços de suporte e regulação; serviços de produção; serviços culturais.

A disseminação deste modelo não depende apenas dos agricultores, embora eles sejam chave, enquanto gestores diretos dos ecossistemas. Como qualquer atividade económica, a agricultura multifuncional depende dos mercados de suporte, logo, de toda a Sociedade. Sem a criação de mecanismos mais eficientes que remunerem e incentivem os serviços de regulação e suporte; sem consumidores mais conscientes que valorizem a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, a agricultura multifuncional não poderá desenvolver-se porque lhe faltará um dos pilares essenciais: o pilar da sustentabilidade económica.

ABSTRACT

DISSERTATION

MULTIFUNCTIONAL AGRICULTURE IN ALENTEJO

HERDADE DO FREIXO DO MEIO CASE STUDY

AUTHOR: VALENTINA FILOMENA ANTUNES DE SOUSA AURIAULT

KEYWORDS: Multifunctionality, Agriculture, Alentejo, Montado, Herdade do Freixo do Meio

Presently, a new awareness emerges about the failure of productivism and the need for an integrated new vision in agriculture, that recognizes its multiple functions and assets in economic, social and ecological sustainability.

A traditional farm in Alentejo's montado had a high degree of multifunctionality. The use of resources was efficient: extensive and diversified. However, during the last century, this traditional system suffered many pressures that resulted in intensification and abandon, both negative for the maintenance of the wide range of services that this ecosystem traditionally offered to populations. Today, production remains largely extensive, which is a critical factor for the maintenance of natural resources and biodiversity (montado is considered one of the agrarian ecosystems best preserved in Europe), however activities were simplified (concentration in one or a small number of activities) and farms became increasingly dependent of cork revenues and PAC support. As a consequence, agriculture in Alentejo continues to lose capacity to create employment and to sustain regional development and vitality.

The main goal of Herdade do Freixo do Meio case study is to analyze the new strategies that recreate the multifunctional montado traditional system, and adapt it to new economic, social and environmental challenges. On the other hand, the goal is to understand the new forces and dynamics that intercross and may result in facilitation, or blockage, in the development of montado multifunctionality.

Strategies are several: add value to traditional farm functions (production of food and fiber); enlargement to new functions related to new types of demands; repositioning to integrate new types of resources. They result in the respect and valorization of the integrated services that montado ecosystem provides to human populations: support and regulation; production and cultural services.

The dissemination of this model does not depend uniquely on farmers, although they are key players as ecosystem managers. As any economic activity, multifunctional agriculture depends on market support systems, therefore, it depends of Society in general. Without the development of mechanisms that reward nature protection and without aware consumers that value food security and environment preservation, multifunctional agriculture will lack one of its key pillars: economic sustainability.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Montado – Um ecossistema agrário.....	3
1. Conceito de montado.....	3
2. História do montado	5
3. O Alentejo hoje.	11
Capítulo II: Os serviços dos ecossistemas	13
1. Conceito de sustentabilidade	13
2. Os serviços dos ecossistemas: Quadro teórico de referência	13
3. Valorização dos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade.....	15
Capítulo III. Os Serviços do Ecossistema montado.....	18
1. Montado e Biodiversidade	18
2. Serviços de Suporte e Regulação	20
2.1. O solo	20
2.2. A água	22
2.3. A regulação do clima.....	23
3. Serviços de Produção	24
3.1. A Cortiça.....	24
3.2. Pastoreio extensivo: ruminantes	27
3.3. Porco de montanha	29
3.4. Lenha, carvão e biomassa	31
3.5. Mel.....	32
3.6. Plantas aromáticas e medicinais.....	33
3.7. Cogumelos.....	34
3.8. Caça	36

4. Serviços Culturais	37
4.1. A paisagem de montado como herança cultural	37
4.2. O turismo rural	38
Capítulo IV – Agricultura Multifuncional	41
1. O conceito de agricultura multifuncional	41
2. O papel do agricultor.....	42
3. Agricultura e Sociedade.....	43
4. O papel da agricultura no contexto pós-produtivista.....	44
5. Valoração dos serviços prestados pela agricultura multifuncional	46
6. PAC e multifuncionalidade.....	47
7. Novas estratégias de desenvolvimento da multifuncionalidade.....	48
Capítulo V - Estudo de Caso (Herdade do Freixo do Meio).....	50
1. Introdução	50
2. Objetivos específicos.....	50
3. Metodologia	51
4. Análise da Informação.....	52
4.1. O agricultor: Atitudes e Percurso.....	52
4.2. O desenvolvimento da multifuncionalidade.....	58
4.2.1. Situação de partida (1990)	58
4.2.2. A Herdade do Freixo do Meio hoje	59
4.2.3. Cronologia da (re)construção da multifuncionalidade	59
4.3. Análise das estratégias postas em prática.....	62
4.3.1. Estratégias de Aprofundamento.....	62
4.3.2. Estratégias de Alargamento	68
4.3.3. Estratégias de Reposicionamento.....	70

4.4. A sustentabilidade da Herdade do Freixo do Meio.....	73
4.4.1. Sustentabilidade ambiental.....	73
4.4.2. Desenvolvimento rural	74
4.4.3. Sustentabilidade económica	77
5. Conclusões	81
Referências bibliográficas	83
Lista de Figuras.....	87

INTRODUÇÃO

O montado é um ecossistema agrário, resultado da intervenção humana sobre a natureza, ao longo dos tempos. Mas é também um dos raros exemplos de casamento (relativamente) feliz entre o Homem e a Natureza, na medida em que tendencialmente não esgota, antes preserva, os recursos naturais e a biodiversidade. É esse equilíbrio, delicado, imperfeito, mas de certo modo possível, que nos interessa aqui explorar.

Um dos segredos desse casamento feliz parece estar na multifuncionalidade do montado, que sempre fez parte das suas tradições, pois o montado é, na essência, um sistema agro-silvo-pastoril extensivo, suporte de uma grande variedade de atividades humanas.

Só aproveitando os recursos de forma diversificada e não intensiva é possível simultaneamente prover as necessidades humanas e preservar a biodiversidade e riqueza ambiental. Tal é particularmente importante atendendo a que as zonas de montado correspondem a zonas de solos pobres e clima seco, bastante vulneráveis.

O montado tem sofrido vários tipos de pressões, que se têm traduzido quer em intensificação, quer em simplificação da produção quer em abandono em algumas zonas marginais. O nível de multifuncionalidade deste ecossistema tem-se reduzido ao longo do tempo.

Através do estudo de caso da Herdade do Freixo do Meio, um exemplo particularmente paradigmático, pretende-se compreender as novas estratégias de aplicação do modelo multifuncional que permitem recriar o modelo tradicional do montado e adaptá-lo aos nossos dias, face às novas exigências no plano ambiental e do desenvolvimento rural, face aos novos tipos de procura mas também face às novas pressões económicas ditadas pela globalização dos mercados e pela progressiva concentração da distribuição.

Partindo da base da exploração, este trabalho procura compreender e problematizar as diferentes forças que podem facilitar ou bloquear os processos de aprofundamento da multifuncionalidade no montado.

Apesar das dificuldades, o tipo de enfoque é, necessariamente, interdisciplinar, recorrendo às ciências sociais mas também às ciências agrárias, à economia e à ecologia, na medida em que são muitas as dinâmicas que se entrecruzam neste espaço.

Capítulo I

MONTADO UM ECOSISTEMA AGRÁRIO

1. Conceito

O montado é um ecossistema agrário de características mediterrânicas com uma dominante arbórea, embora de baixa densidade, constituída essencialmente por sobreiros e azinheiras.

“Os ecossistemas em que o sobreiro e a azinheira desempenham papel de relevo podem ser agrupados em três tipos de estruturas: bosques; montados e matagais arborizados” Os montados constituem os ecossistemas que ocupam de longe a maior área e correspondem a formações semi-florestais intervencionadas, com uma estrutura artificializada em tipo de “parque” (Park land, segundo a terminologia anglo saxónica), apresentando uma dominante arbórea” (Palma et al. 1985 in MEA¹, 2009, p253)

Mas o montado não são só árvores. A sua principal característica é a coexistência de três estratos distintos: um estrato arbóreo disperso; um estrato arbustivo e um estrato herbáceo. Este aspecto é determinante para a riqueza ambiental do montado.

Uma exploração tradicional de montado era um sistema agro-silvo-pastoril com um aproveitamento muito eficiente dos recursos disponíveis, ao nível dos três estratos, de forma diversificada e não intensiva: a exploração da cortiça coexistia com o porco de montanha; com várias espécies de ruminantes em pastoreio extensivo; com o cultivo de cereais em sistemas rotativos associados a longos pousios; com um pouco de olival e de vinha; com uma horta na qual se cultivavam múltiplas espécies de vegetais; com a confecção de enchidos diversos, com artesanato.

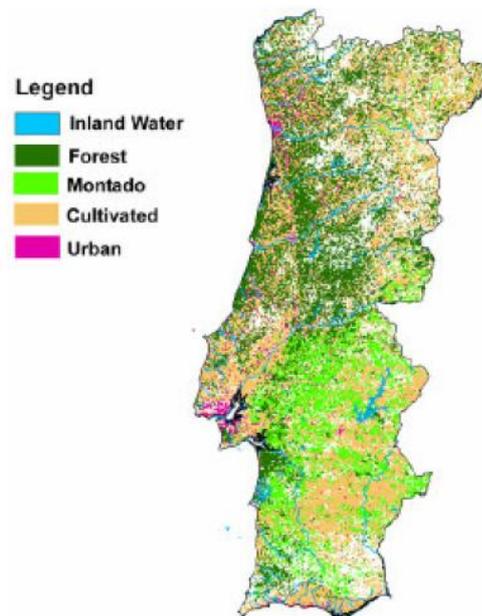
Ao longo do tempo, as explorações tenderam para a simplificação, perdendo muitas das suas valências. No entanto, o carácter extensivo e agro-silvo-pastoril

¹ Millennium Ecosystem Assessment

manteve-se em larga medida o que permite ao montado permanecer um dos ecossistemas agrários mais bem preservados da Europa.

Segundo Pereira e Fonseca (2003), o montado ocupa cerca de 6 milhões de hectares na Península Ibérica, a maior parte dos quais se situam em Espanha (onde tem a designação “Dehesa”). Em Portugal o Montado está sobretudo concentrado no Alentejo, onde ocupa mais de 1 milhão de hectares.

Fig 1 - Distribuição das áreas de Montado em Portugal Continental



Fonte: Margarido et al (2006) p3

Neste estudo iremos debruçar-nos sobre o montado alentejano. A principal razão para esta delimitação geográfica do objeto de estudo, prende-se com a disponibilidade de informação. A forma como a informação se encontra tratada na maior parte das publicações oficiais, com base nas unidades estatísticas NUTS, acaba por condicionar muitos dos estudos que têm sido realizados sobre este tema e assim, direta e indiretamente, condiciona o presente trabalho.

2 . História do Montado

Ao longo dos séculos, o ecossistema original mediterrânico (a charneca ou brenha mediterrânica) foi sendo objecto da intervenção do Homem, dando lugar a um sistema agro-silvo-pastoril basicamente extensivo. A história do montado é a história da apropriação humana desse espaço natural, é a história de um equilíbrio dinâmico, sempre precário.

A palavra *montado* deriva do termo *montar* que significava na Idade Média a utilização dos montes comuns para madeira, lenha e caça (Coelho,2007; Fonseca, 2004 in MEA, 2009)

A origem do montado é objecto de discussão mas é geralmente situada na Idade Média, na sequência da Reconquista que teria condicionado uma nova estrutura agrária e fundiária. Ao longo da idade média, vão ocorrendo avanços e recuos na progressão do montado, em função da dinâmica populacional.

A expansão deste sistema agrário pelo Alentejo é relativamente recente. Segundo Radich e Alves (2000) “ *até principio do século XIX, entre dois terços a metade do Alentejo estaria a mato, constituído por moitas de sobreiros e azinheiras, com as charnecas cobertas de estevas e urze* “ (in MEA, 2009, p 254)

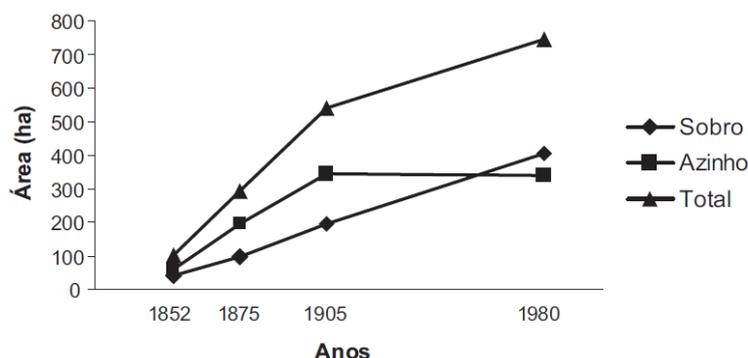
O séc. XIX correspondeu a um período de franco desenvolvimento do montado, na medida em que se reuniram uma série de condições, para além da instituição da propriedade privada plena e da disponibilidade de mão de obra assalariada abundante, o incremento da procura de produtos provenientes do montado, como sejam o porco de raça alentejana e a cortiça. Esta teve um forte incremento, a partir de finais do séc. XIX com o desenvolvimento do sector vitivinícola e o aumento da procura para o fabrico das rolhas.

Contudo, a exploração agro-silvo-pastoril tradicional do montado, atrás descrita, extensiva e multifuncional, não permaneceu imutável ao longo dos tempos.

A partir da primeira metade do séc. XX, começa a assistir-se “ *a uma marginalização do papel das azinheiras, em consequência da peste suína africana*” (Ferreira, 2001, p 182). Estando o interesse económico da azinheira muito centrado

na disponibilidade da bolota para a alimentação dos porcos de montanha, a azinheira passa a ser preterida pelo sobreiro.

Figura II – Evolução da área de montado por tipos de árvores



Fonte: Coelho (2005) in MEA (2009 p. 256)

Esta marginalização da azinheira, a quem Feio (1998) chama um “*fóssil económico*” (p108) apenas amado por ecologistas e funcionários florestais, é consensualmente considerada, uma tendência negativa em termos da sustentabilidade do ecossistema. De facto, esta espécie (*Quercus Rotundifolia*) tem uma capacidade superior à do sobreiro para se adaptar à extrema secura e aos solos calcários, mais pesados. Como consequência, “*hoje o alastramento dos matos é o traço mais visível do abandono e da marginalização crescente das regiões rurais do Alentejo interior.* (Ferreira , 2001, p 185)

As mudanças no sistema tradicional estiveram também muito ligadas à produção de cereais, através da prática de arroteias, estimuladas por políticas protecionistas e de fomento do trigo. Dois períodos particularmente intensos foram o final do séc. XIX com as Leis de Elvino de Brito e a Campanha do Trigo, durante o Estado Novo, a partir de finais dos anos 20.

Tradicionalmente no Alentejo, dada a fragilidade dos solos, a cultura do trigo era realizada sob coberto arbóreo, associada a sistemas rotativos com inclusão de pousios bastante longos e associada a práticas de pastoreio. Contudo, neste sistema tradicional, a mecanização era dificultada pela coexistência das árvores. Assim, a partir dos anos 30 do séc. XX, particularmente na zona de Évora, Beja e Serpa, surgem extensas áreas de terra limpa, em que o montado é substituído pela cerealicultura

intensiva, com utilização crescente de adubos químicos, com o objectivo de transformar o Alentejo no celeiro de Portugal. Segundo Ferreira (2001, p 187) *“A campanha do Trigo é amplamente reconhecida na literatura como tendo sido a fase mais gravosa para a degradação do solo e do montado”*

Mais recentemente, no pós 25 de Abril de 1974 e após um período de um certo abandono que correspondeu à emigração dos anos 60 e à guerra colonial, surge a reforma agrária. O Alentejo volta a intensificar o sistema produtivo.

“ Esta nova fase de intensificação do uso do montado implicando, de novo, o derrube de árvores, foi curta mas bastante agressiva, com o uso de maquinaria pesada, como, pela primeira vez, as caterpillars, para a conquista rápida de terras agrícolas, e com a incorporação de grandes quantidades de adubos químicos. O seu peso na degradação do solo está ainda por determinar” (Ferreira, 2001, p188)

A partir de finais da década de 80, a paisagem do montado sofre novas e aceleradas alterações para as quais contribui fortemente a entrada na União Europeia e as sucessivas Políticas Agrícolas Comuns (PAC), que vão em distintas direcções nem sempre positivas para a sustentabilidade deste ecossistema agrário. Se por um lado os subsídios à produção incentivaram, num determinado momento, as culturas intensivas de cereais e oleaginosas em terras pouco adaptadas, por outro lado, as políticas de “set-aside”, contribuíram para o crescimento do abandono de terras e a multiplicação das reservas de caça. Não sendo possível cobrir em detalhe cada uma destas fases iremos debruçar-nos apenas sobre as tendências mais recentes.

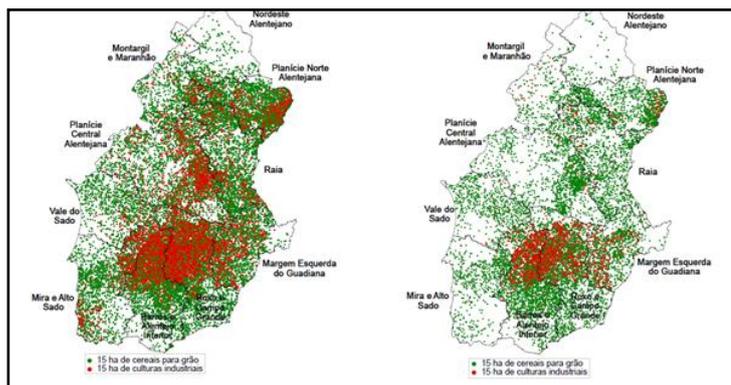
Na última década (1999-2009), parecem delinear-se duas tendências claras, embora opostas, na apropriação agrícola dos espaços de montado.

Por um lado, verifica-se uma tendência para a extensificação agrícola que se expressa na diminuição das culturas temporárias e no aumento dos prados e pastagens permanentes.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2009 (INE, 2010) a área ocupada pelas culturas temporárias diminuiu 29% de 1999 para 2009. Para tal parece ter sido crucial a reforma da PAC de 2003 que veio dar maior ênfase à sustentabilidade ambiental, e, por outro lado, a entrada em vigor do Regime de Pagamento Único (RPU) em 2005. A

maior parte dos subsídios passaram a estar desvinculados da produção, o que teve como efeito desincentivar a prática de culturas temporárias em solos pouco adaptados e pouco produtivos. No que respeita aos cereais e culturas industriais, é notória a diminuição da intensidade produtiva no Alentejo, no espaço de 10 anos.

Fig. III - Superfície de Cereais e Culturas Industriais no Alentejo (1999 e 2009)



Fonte: Recenseamento Agrícola 2009 (INE 2010) p.36

Acompanhando a tendência para a extensificação, verifica-se um crescimento das superfícies dedicadas a prados e pastagens permanentes² (mais 40% da área de 1999 para 2009 – segundo RGA 2009) Embora estas pastagens permanentes possam ser cultivadas (com uma periodicidade superior a 5 anos), elas representam muitas vezes um abandono dos cultivos, passando a existir apenas um aproveitamento da vegetação espontânea para pasto ou, noutros casos, o recurso a sementeiras biodiversas, de baixa frequência.

Estas pastagens permanentes aparecem associadas à pastorícia. Para tal terá contribuído a permanência dos subsídios às vacas aleitantes que incentivou o crescimento do efetivo de bovinos de carne no Alentejo (+ 42% de cabeças de 1999 para 2009 - segundo o Recenseamento Agrícola 2009) em detrimento dos ovinos (-26% de cabeças no mesmo período) e caprinos (-17% de cabeças). Segundo Coelho e Reis

² Pastagens permanentes: plantas semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados periodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos (RGA 2009)

(2009) o pastoreio dos bovinos tornou-se mais rentável do que o dos Ovinos e Caprinos. Para tal contribuirá, para além do maior apoio financeiro da PAC, o facto dos bovinos, quando mantidos em regime extensivo, requerem menos mão de obra.

Segundo o Relatório do Estado do Ambiente (APA, 2007) *“a produção de bovinos, e especialmente de ovinos e caprinos, não representa um risco significativo de poluição uma vez que se caracteriza por ter um carácter extensivo e integrado na exploração agrícola com produção agrícola ou florestal. Contudo, as explorações com elevada concentração de efetivos ou sem terra podem conduzir à degradação do solo, à nitrificação provocada por elevadas quantidades de excrementos e à destruição da regeneração natural do coberto vegetal”* (p.22).

Os bovinos, mais do que os pequenos ruminantes, podem contribuir para a erosão do solo, na medida em que exercem uma maior carga, criando maiores sulcos no solo. Por outro lado, os bovinos são particularmente nocivos para os novos rebentos das árvores, dificultando a regeneração natural do montado. A concentração do pastoreio nesse tipo de efetivo, a manter-se no futuro, será potencialmente negativa para a sustentabilidade do ecossistema.

Uma Resolução do Parlamento Europeu (2007/2192(INI)), sobre o futuro dos ovinos e caprinos na Europa, exorta o Conselho e a Comissão a que sejam tomadas medidas que contrariem o declínio deste tipo de produção, tradicional e com elevadas mais valias ambientais.

Paralelamente à tendência para a extensificação, assiste-se a uma outra tendência inversa: intensificação em certas áreas, tradicionalmente ocupadas por montados. Um exemplo paradigmático é o crescimento do olival.

O Olival no Alentejo ocupa já mais de 164,000 hectares, tendo crescido cerca de 19% entre os períodos de 1999/2009 (INE, 2010). Segundo dados da Associação do Azeite de Portugal (2011) cerca de 90% destes novos olivais são intensivos ou super-intensivos, e pouco têm que ver com o olival tradicional. A perspectiva, segundo esta mesma fonte, é a de manutenção do crescimento.

Fig. IV - Olival Intensivo no Alentejo



Fonte: Internet (www.hipersuper.pt)

Segundo Ferreira (2001), para além do olival, outras utilizações intensivas do solo ameaçam substituir o montado, como é o caso da vinha e das reflorestações com árvores de crescimento mais rápido: os eucaliptais no Alentejo litoral e no interior na Serra de Ossa e Nisa; o pinheiro manso no Alentejo interior.

Em suma, com avanços e recuos; com tendências positivas e negativas para a sustentabilidade do ecossistema, a história do montado evidencia a forma como tem sido delicado o equilíbrio entre homem e natureza. Tanto a intensificação destes sistemas agrícolas como, em algumas zonas, o seu abandono, têm sido prejudiciais para a manutenção deste ecossistema, tão importante pelo conjunto de serviços que presta.

A gestão eficaz de um ecossistema implica necessariamente uma visão sistémica e alargada do conjunto dos serviços prestados ao homem e mesmo a consideração pelo valor intrínseco da biodiversidade nele existente. A consideração apenas da perspectiva económica de curto prazo (evidente por exemplo nas campanhas de intensificação cerealífera; no abandono da azinheira; no desenvolvimento do olival intensivo, na *bovinificação* da pastorícia) geram necessariamente impactos na capacidade do ecossistema para prover os restantes serviços.

Para Correia e Vos (2004) a recuperação de algumas zonas do sul do Alentejo, mais marginais e onde a azinheira tinha tradicionalmente um papel importante, é já extremamente difícil. Nessas zonas, o equilíbrio existente entre a silvicultura e a pastorícia foi quebrado. Essas zonas encontram-se agora despovoadas; os solos foram esgotados; os campos invadidos por matos ou ocupados por monoculturas de eucaliptos ou pinheiros, extremamente pobres do ponto de vista ecológico e muito vulneráveis aos fogos. Noutros casos, o montado persiste mas, como resultado duma combinação de factores naturais e más práticas de gestão agrícola, as árvores encontram-se fragilizadas, vulneráveis a doenças como o ataque do fungo *Phytophthora cinnamomi* e envelhecidas, uma vez que o renovo não é protegido (Sousa et al, 2007)

Contudo, a tradição extensiva de utilização do espaço subsiste em larga medida (o nível de extensividade cresceu mesmo na última década) embora com características simplificadas, muito menos multifuncionais portanto, do que acontecia no sistema tradicional. Muitas explorações agrícolas atuais limitam-se quase exclusivamente à produção de cortiça complementada por algum pastoreio. A dependência dos rendimentos da cortiça e dos subsídios europeus é muito elevada, o que coloca questões sobre a sustentabilidade económica e social destes sistemas. Para além de empregarem cada vez menos mão de obra e terem um fraco contributo para a vitalidade do mundo rural, a sua sustentabilidade económica levanta cada vez mais dúvidas. O preço médio pago ao produtor pela cortiça decresceu 40% na última década (APCOR, 2011) como consequência de oscilações nas exportações e da progressiva concentração do sector industrial cada vez com maior força negocial.

3. O Alentejo hoje: desenvolvimento regional

Apesar do Alentejo ser tradicionalmente uma região essencialmente agrícola, o contributo da agricultura para o desenvolvimento da região, foi enfraquecendo ao longo do tempo. Tem-se assistido a uma terciarização do emprego. Em 1991, 21,9% da população ativa trabalhava na agricultura, em 2001 esse valor tinha descido para 11,2%, sendo transferido para os serviços que passam de 69,6% para 79%.(INE) Paralelamente verifica-se uma tendência para o envelhecimento da região. O índice de

envelhecimento (relação entre a população idosa com 65 ou mais anos e a população jovem com menos de 15 anos) passou de 106.6 (1991) para 162.7 (2001), sinais inequívocos da falta de vitalidade da região.

Fig. V - Índices Sintéticos de Desenvolvimento regional: Competitividade e Qualidade ambiental (2008)

Localização geográfica (NUTS - 2001)	I.S. Competitividade	Í. S. Qualidade ambiental
Portugal	100	100
Portugal - Continente	100,33	100
Norte	97,34	100,36
Centro	93,83	100,38
Lisboa e Vale do Tejo	108,09	99,37
Alentejo	90,49	103,51
Algarve	98,92	96,52
Região Autónoma dos Açores	92,65	95,10
Região Autónoma da Madeira	93,77	104,90

Fonte: www.ine.pt (extraído 24/3/2012)

Embora o Alentejo seja uma das regiões portuguesas (NUTS 2001) com melhores índices de qualidade ambiental³, o seu índice sintético de competitividade⁴ é o mais baixo no conjunto de Portugal Continental e Ilhas.

³ Na **qualidade ambiental**, procura-se captar as pressões exercidas pelas actividades económicas e pelas práticas sociais sobre o meio ambiente (numa perspectiva vasta que abrange a qualificação e o ordenamento do território), os respectivos efeitos sobre o estado ambiental e as consequentes respostas económicas e sociais (seja em termos de comportamentos individuais, seja ao nível da implementação de políticas públicas. (INE 2011).

⁴ O **índice de competitividade** pretende captar, quer o potencial de cada sub-região para um bom desempenho (seja em termos de recursos humanos, seja no que respeita a infra-estruturas físicas), quer o grau de eficiência na trajectória seguida (medido pelos perfis educacional, profissional, empresarial e produtivo) e, finalmente, a eficácia na criação de riqueza e na capacidade demonstrada pelo tecido empresarial para competir no contexto internacional. (INE,2011)

Capítulo II

OS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

1. O conceito de sustentabilidade

Um conceito nuclear neste trabalho é o conceito de sustentabilidade. Trata-se de desenvolver actividades economicamente viáveis, que promovam o bem estar físico e mental das populações, respeitando em simultâneo as funções regulatórias dos ecossistemas, numa perspectiva temporalmente alargada que tem em conta as necessidades das gerações futuras.

“Land use is sustainable when, over generations, it supports the natural regulatory functions of ecosystems (biotic, abiotic) while allowing for profitable economic activities and providing an environment that enhances the physical and mental well-being of the people who live in it (Barret 1992 in Pereira e Fonseca, 2003, p.18).

2. Os serviços do Ecossistema – quadro teórico de referência

Os ecossistemas⁵ fornecem todo um conjunto de serviços ao Homem que são a base de toda a sua vida. O Millennium Ecosystem Assessment (MEA) sumariza-os no seu 1º relatório (2003) *Ecossistemas e Bem Estar Humano– Estrutura para uma avaliação*.

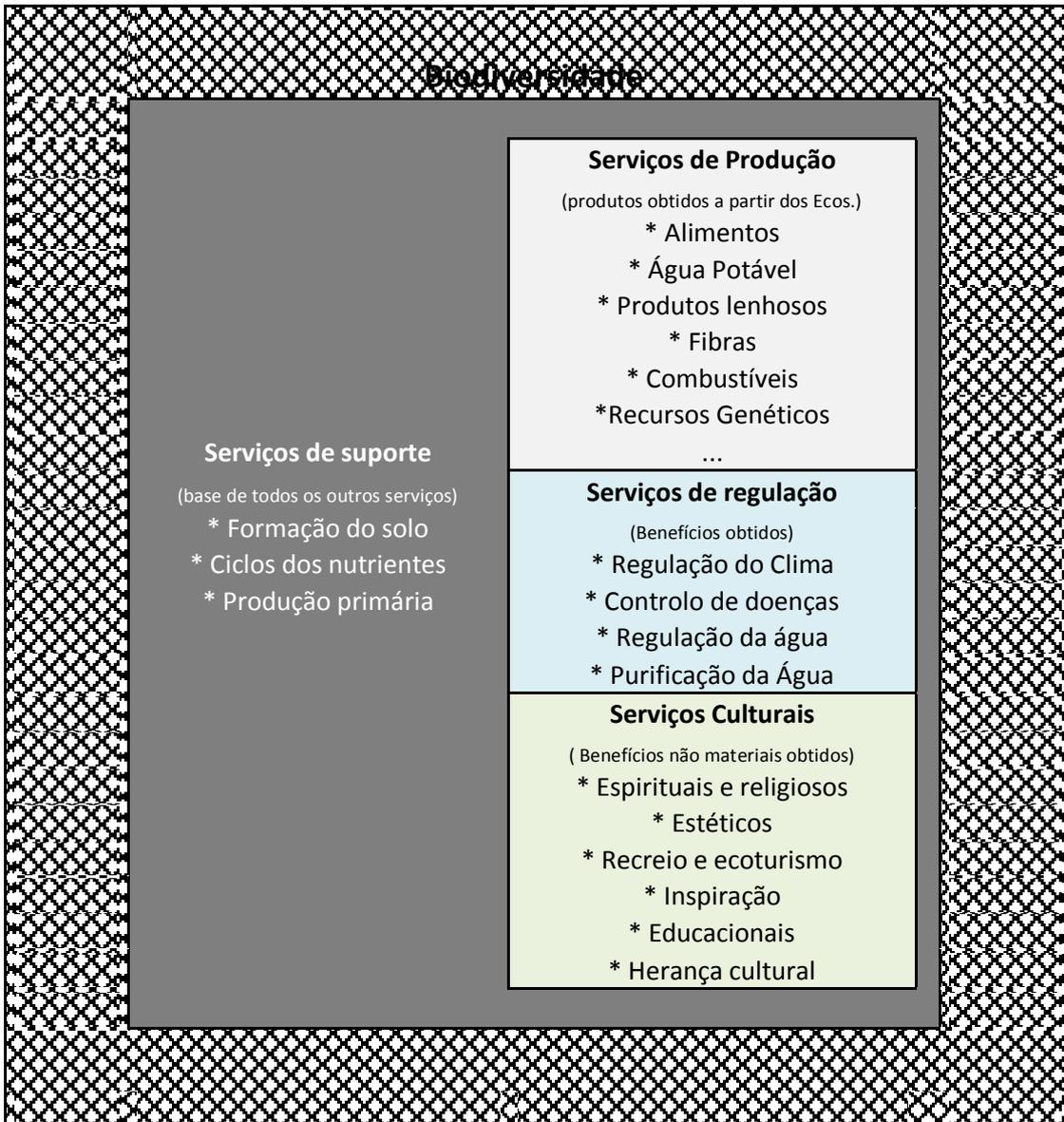
Embora a perspectiva do MEC seja naturalmente antropocêntrica, colocando o bem estar humano como ponto fulcral na análise dos serviços prestados pelos ecossistemas, ela não deixa de reconhecer o valor intrínseco (independente da utilidade para o Homem) da biodiversidade⁶. Uma gestão eficaz dos ecossistemas

⁵ Um **ecossistema** é uma unidade funcional onde comunidades de plantas, animais e microrganismos interagem de forma dinâmica com o meio abiótico. Os seres humanos são uma parte integral dos ecossistemas. Os ecossistemas variam grandemente em tamanho; uma poça de água na cavidade de uma árvore e uma bacia oceânica, podem ser ambas exemplos de ecossistemas. (2003, MEA, p22)

⁶ A **biodiversidade** integra toda a variabilidade existente entre os organismos vivos, incluindo os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos do qual fazem parte. Inclui a diversidade dentro de cada espécie (a nível genético), entre espécies e entre

envolve consideração das conexões utilitárias entre Homem e Ecossistemas mas também consideração pelo valor intrínseco dos ecossistemas e da biodiversidade.

Fig. VI – Serviços dos Ecossistemas



Fonte: Construído com base em - Millennium Ecosystem Assessment- Estrutura para uma avaliação (2003, p23)

ecossistemas. A diversidade é uma característica estrutural dos ecossistemas e a variabilidade dentro destes é um elemento da biodiversidade.(2003, MEA, p28)

Do ponto de vista do bem estar humano, a gestão eficaz dos ecossistemas, implica necessariamente que as decisões sejam tomadas tendo em conta o conjunto dos serviços prestados por esses ecossistemas; e incluindo as necessidades das gerações vindouras.

“Um país pode aumentar a sua produção de alimento convertendo, por exemplo, uma floresta em campos agrícolas, no entanto ao fazê-lo, diminui o fornecimento de serviços que podem ser de igual valor ou maior como a água potável, madeira, destinos de ecoturismo, regulação de inundações e controle das secas” (MEA, 2003, p22)

3. Valoração económica dos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade

Pavan Sukdhev é *team leader* dum projeto de valorização dos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade à escala global - The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB) que tem sido comparado, pela sua envergadura e pelos princípios em que se baseia, ao relatório Stern no âmbito das alterações climáticas.

Segundo Sukdhev (2010), numa entrevista ao *Ecologist*, a natureza necessita ser encarada como um capital de base, com o seu valor próprio, resultante do conjunto de serviços que presta à humanidade. O facto de não se atribuir um valor económico aos serviços dos ecossistemas tem como efeito não serem contabilizados, nem tidos em conta nas decisões dos agentes económicos. O custo da destruição dos mesmos e da privação das sociedades de recursos absolutamente vitais não entra na equação económica.

Essa destruição dos recursos naturais, sempre acompanhou a história da Humanidade mas tem vindo a acelerar fortemente: 60% dos serviços prestados pelos ecossistemas estudados no ano 2000, apresentavam indicadores de degradação produzida nos últimos 50 anos pela atividade humana e apenas restava cerca de 73% da biodiversidade (TEEB,2008)

Até ao ano 2050, este relatório (TEEB, 2008) prevê que se perca mais 11% da biodiversidade total do planeta. Para além dos efeitos do aquecimento global e da construção de infraestruturas, outra das principais causas deste cenário, é a

conversão expectável de cerca de 40% da superfície atualmente ocupada por agricultura de baixo impacto em agricultura intensiva.

Existe, contudo, uma enorme dificuldade em definir um valor económico para os serviços dos ecossistemas. Desde logo, pela dificuldade em encontrar metodologias que permitam avaliar de forma eficiente os seus efeitos reais, diretos e indiretos. Lima Santos (2009) refere, na sua lista de condições para que um serviço se torne transacionável que “ *o serviço, suas especificações qualitativas e a sua quantidade, devem ser claros e facilmente verificáveis pelos compradores, para que estejam confiantes acerca do que realmente estão a comprar (isto não é fácil em serviços complexos como a conservação da biodiversidade) (p25).*

O TEEB enfatiza esta mesma questão: muitos dos serviços fornecidos pelos ecossistemas, tal como os riscos inerentes à sua supressão, são indiretos e resultam de processos ecológicos complexos.

As perturbações podem ser observáveis apenas a longo prazo e de forma não linear: uma determinada pressão sobre um ecossistema pode acumular-se progressivamente de forma discreta e provocar um colapso abrupto. Por essa razão, os impactos das pressões sobre um ecossistema são difíceis de prever com exatidão.

A escala espacial da avaliação é outra dificuldade: um impacto pode ser mensurável no plano local ou nacional mas ter impactos retardados e/ou indiretos à escala de outra região ou mesmo do planeta no seu todo.

É particularmente difícil isolar o efeito de uma parte no todo (uma espécie por exemplo)

Outro dos aspectos que necessita compreender-se melhor é o efeito agregado da biodiversidade para a resiliência dum ecossistema (a capacidade do ecossistema para absorver choques de forma construtiva). Estima-se que esse efeito agregado seja alto mas a sua quantificação é ainda muito deficiente.

Este mesmo relatório admite existirem muitos serviços dos ecossistemas que desconhecemos totalmente e que, por esse motivo, não podemos valorizar nem sequer de forma qualitativa.

A valorização dos serviços dos ecossistemas debate-se, assim, com um enorme défice de conhecimento. Estão a dar-se os primeiros passos neste processo e, nesta

fase, apenas uma pequena percentagem dos serviços poderá ser susceptível de incorporar-se numa modelização económica.

Os diferentes serviços dos ecossistemas apresentam, contudo, graus diferentes de dificuldade na sua contabilização.

Para os serviços de aprovisionamento (combustíveis; matérias primas; alimentos; plantas medicinais, etc.) o valor económico é relativamente simples de aferir, uma vez que se trata de serviços já transaccionados pelos mercados.

Os serviços de regulação e os serviços culturais, são bastante mais complexos na medida em que não são normalmente transaccionados pelos mercados. A atribuição do seu valor só é possível através de métodos indirectos e com recurso a simulações.

A questão mais complexa prende-se, ainda, com a atribuição de valor à biodiversidade. Estão em causa questões éticas relacionadas com o valor intrínseco da própria biodiversidade. Pode o suporte de toda a vida na terra ser tratado como um bem económico, susceptível de ser transaccionado, admitindo *trade-offs*, ou deverá ser tratado como *constrangimento ecológico* ?

Apesar de todas as dificuldades na atribuição destas valorações, o princípio de base é o de que é preferível um sistema incompleto e imperfeito, à manutenção do status quo: *“Business as usual is not an option”* é uma afirmação recorrente no relatório TEEB. Segundo os cálculos preliminares, levados a cabo pela equipa de Sukdhev, entre 2000 e 2050 estima-se uma perda de 7,1% no Produto Interno Bruto à escala mundial, como resultado da perda da biodiversidade e da capacidade dos ecossistemas em prover os seus serviços.

Hardin (1968) enunciou a tragédia dos comuns: *“Múltiplos utilizadores, agindo independentemente, e com base no seu próprio interesse imediato, acabarão por esgotar um recurso limitado que partilham – mesmo sendo claro que não é do interesse de nenhum deles que tal aconteça”*(in Correia, 2011, p22). Com base neste relatório TEEB (2008), o tempo disponível para realizar as mudanças necessárias, e evitar a “tragédia dos comuns” parece ser cada vez mais curto.

Capítulo III

OS SERVIÇOS DO ECOSISTEMA MONTADO

O objectivo deste capítulo é, com base no quadro teórico fornecido pelo Millennium Ecosystem Assessment , listar alguns dos serviços prestados por este ecossistema e que podem servir de base ao desenvolvimento da agricultura multifuncional no Alentejo.

Este capítulo não poderá de forma alguma ser exaustivo, centrar-se-á apenas nalguns serviços mais característicos do montado. Por outro lado, até pela sua estrutura fragmentada, este capítulo não conseguirá transmitir uma visão clara duma herdade de montado alentejano tradicional, o sistema orgânico e integrado, agro-silvo-pastoril, em que a exploração da cortiça coexistia com o porco de montanha; com várias espécies de ruminantes em pastoreio extensivo; com o cultivo de cereais em sistemas rotativos associados a longos pousios; com um pouco de olival e de vinha; com uma horta na qual se cultivavam múltiplas espécies de vegetais; com a confecção de enchidos diversos, com algum artesanato, etc. Este sistema, equilibrado e sustentável, é muito mais do que uma soma de produtos e serviços. Trata-se de um todo orgânico, construído à escala humana, que visa satisfazer as necessidades humanas, mas compreendendo e respeitando a interdependência com a natureza.

1. Montado e biodiversidade

Antes de nos debruçarmos sobre os serviços fornecidos pelo montado ao Homem, interessa perceber até que ponto o montado contribui para preservar a biodiversidade. A biodiversidade é a envolvente, condição *sine qua non* desses serviços, e uma medida fulcral da sustentabilidade dum ecossistema.

Uma característica essencial do montado é o facto de coexistirem no mesmo espaço estruturas vegetais distintas, separadas verticalmente: estrutura arbórea / arbustiva / herbácea. Por outro lado verifica-se um “mosaico”, micro ecossistemas

resultantes da conjugação de factores abióticos, bióticos e da ação do homem. Ambos os aspectos são propícios à fauna, especialmente no que respeita às aves.

“ Estima-se que se reproduzam nas diversas fácies da meso-estrutura dos montados de sobre e azinho mais de 130 espécies de vertebrados, dos quais pelo menos 60-75 são aves, 18-25 são mamíferos, 10-15 são répteis e 5-7 são anfíbios.”
(MEA 2009, p 252)

Quanto à flora, o montado caracteriza-se também pela diversidade, sendo esta bastante variável em função da frequência das desmatações, logo, da longevidade do sob-coberto nas suas componentes arbustiva e herbácea.

Bugalho et al (2008) apresenta a composição florística mais comum e tradicional no montado, em que cada um dos 3 estratos contribui para a biodiversidade.

Ao nível do estrato arbóreo, embora os sobreiros e as azinheiras sejam as espécies dominantes, elas co-habitam tipicamente com uma série de outras árvores: carvalhos caducifólios- como o carvalho cerquinho (*Quercus faginea*), o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) ou o carvalho-roble (*Quercus robur*); o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) ou o pinheiro manso (*Pinus pinea*); e, também, junto aos cursos de água, espécies como os salgueiros (*Salix* spp.), os amieiros (*Alnus* spp.), os freixos (*Fraxinus* spp.) ou os choupos (*Populus* spp.).

No estrato arbustivo, podem encontrar-se no montado, as estevas e os sargaços (*Cistus* spp.), as giestas (*Cytisus* spp., *Retama* spp.), as urzes (*Erica* spp.), a murta (*Myrtus* spp.), a aroeira (*Pistacia lentiscus*) ou o medronheiro (*Arbutus unedo*).

No estrato herbáceo, encontramos uma diversidade bastante elevada, que inclui: as leguminosas como os trevos (*Trifolium* spp), as serradelas (*Ornithopus* spp.) ou as luzernas (*Medicago* spp); e as gramíneas como os azevéns (*Lolium* spp.), as aveias (*Avena* spp.) ou o panasco (*Dactylis glomeratum*) e, também, plantas de outras famílias como, por exemplo, o carrajó (*Plantago lanceolata*) ou a azeda brava (*Rumex acetosa*).

No contexto da biodiversidade, e segundo Mira Potes (2011), os cogumelos merecem especial atenção, na medida em que contribuem (espécies micorrízicas) para

proteger as árvores dos ataques patogénicos e por outro lado (espécies sapróbias) fomentam a degradação da matéria orgânica participando no ciclo do carbono. Num estudo realizado no montado da Serra do Caldeirão (Santana, 2009 in Potes, 2011) foram inventariadas 130 espécies diferentes. De igual modo, as borboletas, pela sua contribuição vital na cadeia trófica e na polinização das plantas, merecem destaque. No mesmo estudo já mencionado, foram inventariadas 43 espécies de borboletas diurnas.

Globalmente, embora existam várias espécies mediterrânicas tradicionalmente presentes no montado e que se encontram ameaçadas (lince ibérico; abutre preto; cegonha negra, entre outros) este ecossistema agrário é considerado como um dos mais bem preservados de toda a Europa. A rede Natura 2000, uma rede pan-europeia de áreas classificadas para conservação da natureza, considera os montados (habitat 6310) e os bosques de sobro (habitat 9330) pela importância para a conservação da biodiversidade.

2. Serviços de Suporte e Regulação

2.1 - O solo

A proteção do solo é um factor basilar para uma agricultura sustentável. Ele desempenha funções de suporte físico e químico de toda a vida terrestre, vegetal e animal, regula a quantidade e a qualidade da água, o ciclo dos nutrientes, a qualidade da paisagem e o clima. Uma má gestão do solo, pode levar a uma erosão e degradação praticamente irreversível num espaço de apenas 30 anos (Sequeira 1998 in MEA, 2011) e em sua consequência: pode conduzir à perda da produtividade biológica e da vegetação, diminuição da biodiversidade, desertificação⁷ e perda na capacidade para absorver o carbono e evitar o efeito estufa.

Os solos xistosos e arenosos predominam no montado (Sousa et al, 2007) e são particularmente vulneráveis à erosão. Por outro lado, o clima, com verões longos e

⁷ *Desertificação é um processo de degradação da terra com redução ou perda da produtividade biológica e económica que ocorre sobretudo em zonas áridas e semi áridas. Resulta de factores como a erosão do solo e degradação da vegetação, podendo ser exacerbada por alterações climáticas e pressão humana (WWF/CEABN, 2008, p3)*

secos e em que a pluviosidade é cada vez mais concentrada, com diminuição das chuvas primaveris e aumento das chuvas do tipo torrencial, favorecem esse efeito. Segundo o relatório da World Wildlife Fund/CEABN (2008), as regiões mediterrânicas são particularmente vulneráveis à desertificação e Portugal é um dos países da Europa do sul mais afetados. A manutenção do montado tradicional é um factor chave para a prevenção da desertificação.

A presença das árvores favorece a incorporação e a retenção da matéria orgânica, na medida em que retiram os nutrientes de níveis profundos e transformam-nos em matéria orgânica, nas folhas através da fotossíntese. Os nutrientes são depois devolvidos ao solo com a queda das folhas. Por outro lado controlam a força da chuva e promovem o gotejamento mais suave, prevenindo a erosão. Por essa razão, sob as copas dos sobreiros e azinheiras verifica-se a existência de solos mais ricos do que em áreas de terra limpa (Nunes et al, 2007).

Por outro lado, no sob-coberto com pastoreio extensivo, as pastagens permanentes bio-diversas, naturais e semeadas, funcionam como uma camada protetora do solo que fixa o azoto e o carbono, contribui para manter os solos do montado em equilíbrio. A presença dos animais, através do estrume, favorece a incorporação de matéria orgânica e a proteção contra o avanço das espécies arbustivas invasivas.

A presença do estrato arbustivo (“matos”) é desejável, numa perspectiva de biodiversidade e proteção do solo. Segundo Wickens (2001) *“Todas as plantas são úteis, mesmo que a sua utilidade possa não ser identificada de imediato, como, por exemplo, as infestantes, pois elas auxiliam o processo de estabilização dos solos contra a erosão, podem abrigar polinizadores benéficos e mesmo providenciar matérias-primas para a medicina tradicional, entre outros usos potenciais.”* (in Carvalho 2006, p87)

As orientações mais generalizadas convergem na necessidade do estrato arbustivo estar presente mas ser controlado, sob pena de comprometer os restantes estratos e aumentar os riscos de incêndios. As orientações para esse controle (Potes, 2011) vão no sentido do uso de desmatadoras de corte superficial, adaptadas às condições edafo-climáticas, povoamento e objectivos de ocupação do solo. As

operações de mobilização profunda do solo são altamente prejudiciais pois facilitam a erosão.

2.2 A água

A retenção da água está estreitamente ligada às características do solo. Cerca de 20 a 30% da água originada pela chuva tende a perder-se através da escorrência, não chegando a infiltrar-se no solo (WWF/CEABN, 2008). A presença de matéria orgânica no solo é um facilitador dessa incorporação. Pelas características atrás descritas, o montado favorece a presença de matéria orgânica no solo e desse modo a retenção da água.

Relativamente ao papel relativo dos sistemas radiculares dos três estratos, arbóreo, arbustivo e herbáceo, no ciclo da água, parece não haver consenso. Alguns autores (como Silva, 2002 in Potes 2011) defendem que a optimização do processo depende da presença dos três estratos, na medida em que correspondem a raízes com profundidades e características diversas e complementares. Outros autores (como Cubera et al, 2004 in Potes, 2011), defendem que em condições de escassez severa de água, como ocorre com frequência no Alentejo, existirá uma competição pela água entre o estrato arbustivo e arbóreo, sendo essa mais uma razão que justifica o controle do estrato arbustivo, não permitindo que o seu desenvolvimento ultrapasse um nível que o torne prejudicial para as árvores.

As árvores (sobreiro e azinheira) presentes no montado, são particularmente importantes na regulação da água e no combate à seca e desertificação. A eliminação das árvores tem conduzido a irreversíveis processos de degradação dos solos e desertificação física como aconteceu em algumas regiões do Norte de África. As espécies presentes no montado, o sobreiro e em particular a azinheira, estão bem adaptadas à típica escassez de água do Verão Mediterrânico. Durante o Verão, reduzem as perdas de água pelas folhas (a transpiração) e, simultaneamente, diminuem o metabolismo e o crescimento. A perda de água é regulada através do fecho dos estomas (“poros”) geralmente localizados na superfície inferior das folhas que controlam as trocas gasosas com o ar. Estas árvores mantêm uma hidratação suficiente devido a um sistema de raízes que, para além de extenso horizontalmente, pode atingir vários metros de profundidade. Isto permite extrair água do subsolo e até

de lençóis freáticos. Durante o Verão mais de 70 % da água transpirada pode ter origem nas camadas mais profundas do solo e subsolo (Bugalho et al 2008)

2.3 Regulação do clima

Perante a ameaça do aquecimento global, o serviço ambiental de sequestro de carbono reveste-se de particular importância nos nossos dias.

Tendo em conta apenas as árvores, e dada a sua baixa densidade e crescimento lento, o montado não é um sequestrador de carbono particularmente eficiente. Segundo dados apresentados pelo MEA (2009) o nível de sequestro de carbono é apenas de 3,6t CO₂ ha/ano, medido por Pereira e a sua equipa (cabo Europe IP, 2007) na região de Évora. Este nível é significativamente inferior ao obtido em Portugal por um eucaliptal (20.9 t CO₂ ha/ano).

No caso do montado o sob-coberto tem um papel importante na retenção do carbono. A introdução de pastagens permanentes ricas em leguminosas permitem, de acordo com dados do projeto Terraprima (www.terraprima.pt) - aumentar o nível de sequestro de carbono cerca de 5 toneladas por ha/ano (para além de contribuírem para aumentar a fertilidade do solo e para a alimentação do gado em pastoreio extensivo).

O Projeto Terra Prima-Fundo Português de Carbono é particularmente interessante, pelo seu pioneirismo na criação de um mercado para um serviço ambiental, contribuindo para o desenvolvimento das pastagens biodiversas no Alentejo.

Resumo do Projeto:

A Terraprima foi vencedora do concurso público aberto pelo Fundo Português de Carbono para submissão de projetos com potencial de redução de carbono. O projeto irá premiar as novas áreas de pastagens permanentes semeadas biodiversas ricas em leguminosas, instaladas nos anos de 2009 e 2010 (não são permitidas re-sementeiras).

Para receber este prémio, com duração até 2012, os agricultores terão de cumprir um conjunto de sete regras técnicas, para as quais receberão apoio no terreno. Este prémio, recebido a partir dos 2 hectares, é acumulável com outros apoios no âmbito do PRODER, nomeadamente apoios ao investimento agrícola e florestal e medidas agro-ambientais, entre

outros. Quanto maior for a área total semeada em cada ano, assim também o será o pagamento por hectare a cada agricultor.

Se forem semeados 21.000 hectares por ano, o prémio será de 200€ em 3 anos para sementeiras de 2009 e de 150€ em 2 anos para sementeiras de 2010. O papel da Terraprima neste projeto é a sua gestão e controlo.

Parceiros:

A Terraprima, enquanto gestora deste projeto, irá organizar uma rede composta por um número previsto de **1000 agricultores, representando cerca de 42.000 ha.**

Período:

O projeto decorre entre 1 de Junho de 2009 e 31 de Dezembro de 2012.

(com base em: www.terraprima.pt)

3. Serviços de Produção

Existe um conjunto bastante alargado de produtos que fazem parte das tradições do montado e que contribuem para o suporte socioeconómico das populações que dele dependem. Com a progressiva simplificação das explorações agrícolas do montado (concentração num menor número de produtos) muitos destes produtos foram perdendo importância. Não podemos obviamente cobrir a totalidade dos produtos fornecidos pelo montado alentejano. Centrar-nos-emos apenas nos mais representativos deste ecossistema.

3.1. A Cortiça

A cortiça é o produto por excelência do montado e tem sido o principal pilar da sua sustentabilidade socioeconómica. Por outro lado, as suas características de produto 100% natural, tornam-na interessante também do ponto de vista do consumo sustentável.

Portugal é o 1º produtor mundial de cortiça, representando esta cerca de 2,3% do total das exportações nacionais e 30% das exportações de produtos florestais. 72% do total da cortiça produzido em Portugal tem origem no Alentejo. A cortiça e os sistemas florestais a ela associados, originam 12 mil postos de trabalho fabris diretos,

6500 postos de trabalho na exploração florestal e milhares de outros postos de trabalho indiretos (Bugalho et al 2008)

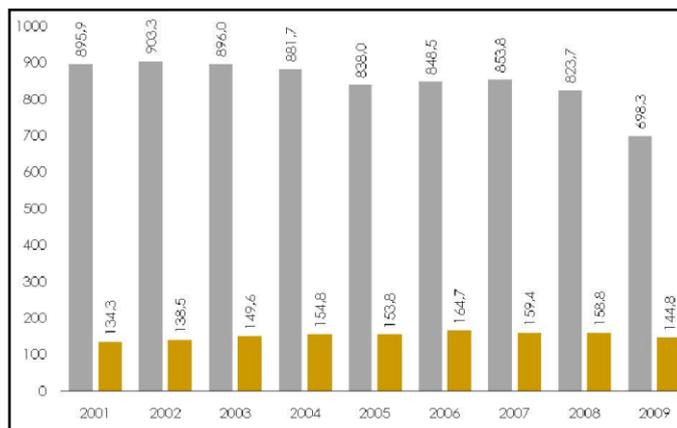
A cortiça é um produto natural proveniente da casca do sobreiro. Trata-se dum recurso naturalmente renovado: o 1º descortiçamento do sobreiro ocorre apenas quando este atinge os 25 anos de vida; os descortiçamentos posteriores são feitos de 9 em 9 anos e não prejudicam o desenvolvimento normal da árvore desde que realizados de forma correta; no fim da Primavera e durante o Verão. Ao contrário do que acontece com a exploração da madeira, a árvore continua a realizar as suas funções ambientais, no ciclo da água, preservação do solo, sequestro de carbono, etc.

A maior parte da cortiça destina-se ao fabrico de rolhas (68%) *“Num estudo realizado pela Pricewaterhouse Coopers/Ecobilan, sobre o ciclo de vida das rolhas de cortiça em comparação com as cápsulas de alumínio e vedantes de plástico concluiu-se que, relativamente à emissão de gases com efeito de estufa, a produção e utilização de cada vedante de plástico emite 10 vezes mais CO₂ que uma rolha de cortiça e que as emissões de CO₂ da cápsula de alumínio são 26 vezes superiores às das rolhas”* (Bugalho et al 2008, p38). Do ponto de vista dum consumo sustentável, a rolha de cortiça apresenta, portanto, enormes vantagens face aos seus substitutos.

Enquanto matéria prima, a cortiça tem excelentes propriedades naturais: leve; resistente ao desgaste; fraca permeabilidade; elástica mas de dimensão estável; isoladora térmica e acústica; antivibrátil; resistente ao atrito. Por todos esses motivos continuam a ser desenvolvidos vários tipos de subprodutos que servem, nomeadamente, para aproveitar os resíduos e aparas da produção de rolhas: pavimentos, revestimentos e isolamentos, juntas de motor para a industria automóvel, juntas de dilatação para obras de engenharia, calçado, marroquinaria, material de pesca, instrumentos musicais, artigos de desporto, etc.

Contudo, apesar do enorme potencial da cortiça enquanto matéria prima e dos esforços desenvolvidos, a indústria corticeira nacional não tem conseguido descolar suficientemente o mercado da cortiça da dependência da rolha. Com o surgimento dos sucedâneos da rolha de cortiça, as exportações têm nos últimos anos sofrido algumas perturbações importantes.

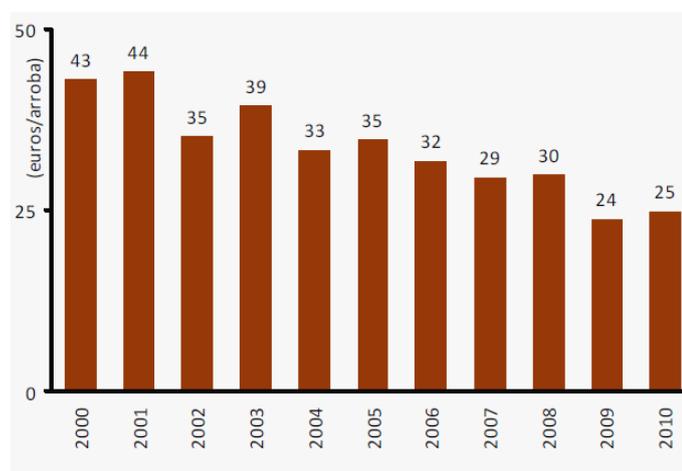
Fig. VII- Evolução das exportações de Cortiça em valor e em massa (toneladas)



Fonte: Cork Information Bureau (2010) p10

Perturbações essas que se têm repercutido fortemente nos preços a que a cortiça é paga aos produtores.

Fig. VIII – Evolução dos preços pagos pela cortiça ao produtor (em pilha)



Fonte: Autoridade Florestal Nacional (2011), p40

Embora a tendência em 2010 e 2011 tenha sido no sentido da retoma das exportações (para as quais terá contribuído a aposta do sector corticeiro num esforço

de marketing internacional e de melhoria da qualidade das rolhas - objecto de múltiplas reclamações por parte do sector vitivinícola), o futuro da cortiça é algo incerto e pode ameaçar a manutenção dos atuais sistemas produtivos no montado que, pela sua progressiva simplificação, estão muito dependentes da cortiça.

3.2. Pastoreio extensivo: Ruminantes

É cada vez mais reconhecido e consensual, o papel importante da pastorícia na gestão de vastos territórios, de baixa densidade humana e de baixos níveis de desenvolvimento socioeconómico.

No montado, o pastoreio extensivo sob coberto sempre fez parte das tradições e tem-se mantido, embora com uma menor variedade de espécies por exploração e com algumas adaptações como, por exemplo, a substituição progressiva dos pastores por infraestruturas como os aramados, cercas e bebedouros.

Os serviços que o pastoreio extensivo oferece são de vária ordem e são fundamentais para a manutenção deste ecossistema agrário. O pastoreio contribui, através do controle da vegetação arbustiva e herbácea, para a proteção contra incêndios; está relacionado com a preservação de raças autóctones e desse modo contribui para a biodiversidade; quando associado à certificação, pode proporcionar produtos de qualidade e controle dos riscos alimentares; trata-se de um tipo de produção com fraca dependência de energia fóssil; contribui para o sequestro de carbono, através da associação às pastagens permanentes biodiversas; pode contribuir para a sustentabilidade económica da exploração, assegurando um rendimento complementar ao obtido, tipicamente, através da exploração florestal; está associado a um efeito de fileira, na medida em que pode ser a base dum leque alargado de produtos, muitos deles com forte cariz local, como sejam a charcutaria; leite; queijos; lã, peles, etc.; contribui para a conservação da paisagem e das suas mais valias socioculturais.

Contudo, o pastoreio dificulta a regeneração natural das árvores do montado e exerce pressão sobre o ecossistema a vários níveis, podendo degradar os solos, facilitar a erosão, reduzir a biodiversidade. O sobre-pastoreio tem sido considerado

uma das causas do declínio dos montados (Sousa et al, 2007), tornando-se essencial controlar o nível de encabeçamento e adoptar práticas de manejo dos animais adaptadas à proteção dos arvoredos (retirada dos animais em certos períodos; recurso a proteções para os rebentos, etc.).

Uma outra questão que se coloca é a da sustentabilidade económica dos sistemas pastoris tradicionais extensivos. No contexto atual sobrevivem, em larga medida, graças a subsídios diretos (uma vez que o RPU se caracterizou por um desligamento apenas parcial da produção, mantendo-se prémios às vacas aleitantes; abate de bovinos; prémio aos ovinos e caprinos) . Com a extinção prevista destes subsídios não é certo que esta atividade possa competir no contexto dum mercado globalizado.

Coelho e Reis (2008/2009) fazem uma avaliação económica dos sistemas pastoris mediterrânicos tradicionais e concluem que *“ não são rentáveis as atividades económicas tradicionais da pastorícia de cariz mediterrânea, no sul de Portugal, sem o apoio de ajudas à sua manutenção”* (p103)

Para estes autores, existem 2 vias possíveis, alternativas ou complementares, para assegurar a sustentabilidade futura desta atividade: a sociedade passa a remunerar a atividade pastorícia na perspectiva da sua multifuncionalidade, pelos serviços ambientais que presta, ou, o consumidor passa a reconhecer a qualidade intrínseca dos produtos provenientes deste modelo produtivo e está disposto a pagar mais por eles.

No contexto dos apoios e remuneração da sociedade perante os serviços de conservação do ecossistema existem neste momento subsídios às vacas aleitantes; ovinos e caprinos e um pagamento complementar para a manutenção das raças autóctones (IFAP, 2012) com vista à proteção de alguns dos recursos genéticos nacionais.

De facto, e tomando como exemplo o caso dos bovinos, a partir dos anos 60 foi estimulada a importação de várias raças exóticas, algumas das quais acabaram por se adaptar bastante bem às condições do Alentejo, sobretudo através de cruzamentos com raças locais: é o caso da raça Limousine e Charolesa. Estas raças exóticas

rapidamente ganharam peso na produção nacional, sobretudo pelos seus índices de produtividade mais elevados (Dias, 2008). Como consequência surge a necessidade de proteger importantes recursos genéticos nacionais o que motivou a implementação, entre os anos 70 e 90, dos primeiros Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos.

No contexto da criação da percepção de mais valias junto do consumidor, destaca-se a criação das DOP (Designação de origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida). Contudo, o seu peso na produção nacional é ainda diminuto - apenas 1,1% na produção de carne de ovino e 1,2% de caprino (Teixeira, 2009).

3.3. Porco de Montanheira

O porco de montanheira tem um papel muito particular no sistema de pastoreio extensivo e no aproveitamento dos recursos do montado. Ele integra o sistema agro-silvo-pastoril enquanto principal consumidor dos frutos das azinheiras e sobreiros (a glande ou bolota). A montanheira - engorda intensiva dos animais nos montados durante os três ou quatro meses que decorriam entre o final de Outubro e fins de Fevereiro, altura de maior disponibilidade de bolota – representava o período crítico neste sistema tradicional de produção. A pastagem constituía o principal recurso alimentar das porcas e apenas nas épocas mais críticas se recorria a suplementos (cevada, aveia ou milho), leguminosas (gramicha, fava ou grão preto), restos da apanha da azeitona, bagaço de azeitona, restolhos ou farelos (Frazão, 1965 in Fernandes et al, 2008).

A partir do final dos anos 50, verifica-se uma tendência para o abandono do sistema tradicional de produção extensiva de porco alentejano, em consequência da alteração dos hábitos alimentares; peste suína africana; reduzido interesse da indústria de salsicharia nacional e do próprio êxodo rural que contribuiu para o abandono de muitas atividades tradicionais.

Paralelamente assiste-se a um desenvolvimento da suinicultura intensiva baseada na utilização de *raças de carne*, na utilização massiva de alimentos compostos e no avultado investimento em instalações (Fernandes et al 2008)

A partir de 1990 a fileira produtiva do porco alentejano começa a reorganizar-se, na medida em que foram concedidos apoios financeiros à sua reintrodução com o objectivo de evitar a extinção da raça. Paralelamente os produtores começaram a organizar-se em Associações (ACPA e ANCPA) e estas uniram-se, em 1992, na União de Associações (UNIAPRA), que ficou responsável pela gestão do Livro Genealógico da Raça Suína Alentejana. Nesta altura surgiu a abertura de novas unidades industriais de fabrico de presuntos e enchidos. Por fim, a proteção e certificação da carne e dos produtos transformados, através do uso de Denominação de Origem e/ou de Indicação Geográfica, contribuiu para garantir junto dos consumidores a sua genuinidade e qualidade .

Fig. XIX - Porco alentejano DOP e IGP

Denominação de Origem	Indicação Geográfica
Presunto de Barrancos	Presunto de Campo Maior e Elvas
Presunto do Alentejo	Paleta de Campo Maior e Elvas
Paleta do Alentejo	Presunto da Santana da Serra
Carne de Porco Alentejano	Paleta de Santana da Serra
	Enchidos de Portalegre (10)
	Enchidos de Estremoz e Borba (7)
	Enchidos de Beja (2)

Fonte: in Fernandes et al, 2008, p3

Enquanto que, no sistema tradicional a carne era consumida quer em fresco quer em enchidos, hoje em dia destina-se essencialmente à produção de presuntos e enchidos. Na última década, a dependência do mercado espanhol, seja através do aluguer dos montados para o pastoreio do porco ibérico, seja através da venda da carne de porco alentejano à industria espanhola de enchidos, tomou proporções preocupantes.

Fig. X – Notícia Jornal

The image shows a screenshot of a news article from the 'Diário de Notícias' website. The main title is 'Espanhóis tomam conta do montado alentejano' (Spaniards take control of the Alentejo montado). The author is Roberto Soares, Évora, and the date is 22 March 2006. The article text discusses the impact of large Spanish companies on the Alentejo montado, mentioning the Associação de Criadores do Porco de Raça Alentejana (ACPRA) and the average price of 10,000 euros per pig. There are social media sharing icons and a 'PARTILHAR NC' button.

Fonte: Diário de Notícias 22/3/2006

Resta saber até que ponto esta fileira recentemente reorganizada virá contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento da região.

3.4. Lenha / Carvão / Biomassa

Num passado remoto, a madeira de sobreiro e azinheira foi bastante procurada para a estrutura do cavname dos navios, pela sua boa resistência ao desgaste e ao apodrecimento. Contudo, hoje em dia, é pouco valorizada, pelas suas limitações físicas: fustes com pouca altura; defeitos frequentes; muito dura e difícil de trabalhar; fende facilmente (Mendes, 2002).

O seu principal interesse vai para a produção de lenha (em especial a madeira de azinho mas também a de sobreiro se descortiçada) ou para carvão, pelo elevado poder calorífico.

A lenha é um produto que resulta naturalmente da boa gestão do ecossistema (Potes, 2011). As árvores secas ou doentes devem ser removidas e as podas moderadas são consideradas benéficas desde que devidamente espaçadas no tempo (de 5 em 5 ou de 6 em 6 anos).

A extração de lenha sempre fez parte das tradições do montado, sendo mesmo em séculos passados, uma importante fonte de receita. Com o aumento do custo da mão de obra agrícola este produto perdeu interesse económico. Nos últimos anos, contudo, têm surgido algumas unidades de produção de biomassa que podem vir a representar (Potes, 2011) alguma recuperação desse interesse económico.

3.5. Mel

A atividade apícola funciona no montado como um complemento às restantes atividades agro-silvo-pastoris, embora possa também ser exercida por apicultores sem terra.

Os produtos diretos da atividade apícola são o mel, a cera, o pólen, a própolis, a geleia real e as próprias abelhas que são também comercializadas. No caso da apicultura, contudo, há que considerar os benefícios indiretos. A apicultura tem um papel importante na manutenção dos ecossistemas e em particular no equilíbrio natural da flora.

Segundo o Programa Apícola Nacional (MADRP 2010) “os benefícios indiretos na produção agrícola, resultantes da ação da abelha na polinização e fertilização das plantas entomófilas, superam, à semelhança do estimado para outros países, fortemente o valor daqueles produtos. Sendo possível suprir as nossas necessidades em produtos da colmeia através da importação, já é impensável equacionar a competitividade da nossa agricultura, com particular destaque para a fruticultura, sem equacionar a existência de uma atividade apícola que a suporte (...) Pode concluir-se que o mel, enquanto principal produto direto da apicultura nacional, constitui, assim, um produto estratégico do ponto de vista de um aproveitamento integrado do espaço rural.” (p 5)

Portugal tem globalmente um volume de produção de mel em linha com o consumo nacional (INE, 2009) embora existam fortes flutuações na produção em função das flutuações climáticas que afectam fortemente a flora da qual depende a apicultura. O Alentejo contribui com 17,7% do total das colónias nacionais (dados de Março 2010).

No montado alentejano, existe uma denominação de origem protegida (DOP) designada “ Mel do Alentejo” e vários tipos de mel “ monofloral” (assim designado quando uma espécie floral é responsável por mais de 45% do pólen). Os mais comuns no montado alentejano são: mel de rosmaninho; mel de alecrim; mel de medronheiro; mel de soagem e mel de poejo.

3.6. Plantas Aromáticas e Medicinais

As plantas medicinais e aromáticas fazem parte do património natural e cultural do Alentejo.

Existia, nas zonas rurais alentejanas, um saber empírico muito rico sobre a utilização das plantas na medicina popular, transmitido de geração em geração. Uma tese de doutoramento em etnobotânica realizada no Alentejo (Carvalho, 2007) identificou 471 plantas às quais foram atribuídas propriedades medicinais (nota: o estudo foi realizado com o apoio de “informantes” cuja média de idades se situava nos 75 anos).

Por outro lado, ervas espontâneas, como alabaças, espargos, beldroegas, alcachofras, acelgas, catacuzes, saramagos e cardos, faziam parte de numa cozinha que apesar de pobre era bastante criativa. Outras como poejos, coentros, hortelã, segurelha, orégãos, hortelã da ribeira, funcho aromatizavam os diferentes pratos tradicionais alentejanos.

A maior parte destes usos e saberes empíricos foram-se perdendo, estando cada vez mais limitados a registos e publicações (como é o caso do livro de José Salgueiro: Ervas, usos e saberes – Plantas Medicinais no Alentejo, e outros produtos naturais (2004)). Em termos económicos, e segundo Potes (2011), este sector apresenta resultados insipientes, na medida em que carece de uma política integrada para a sua exploração. Esta fileira está ainda em fase de arranque e estruturação no Alentejo. O projeto MEDISS insere-se neste contexto.

Projeto MEDISS: Méditerranée Inovation Senteurs Saveurs

Com o projeto MEDISS visa-se construir uma rede transnacional com o objectivo de favorecer o desenvolvimento da fileira mediterrânica dos “aromas e sabores” sustentando-a na inovação e nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Dadas as características, comuns na região Mediterrânica, de muitos dos produtos e serviços, esta fileira pode beneficiar plena e rapidamente da criação duma rede transnacional de atores e da transferência de know-how e de competências técnicas e científicas.

Trata-se, com este projeto, de capitalizar os pontos fortes destes sectores no Mediterrâneo (naturalidade, autenticidade, identidade) para promover um desenvolvimento dinâmico de toda a cadeia produtiva.

Com base em: www.adcmoura.pt/mediss

Este projeto é dinamizado, em Portugal pela ADC-Moura (Associação de Desenvolvimento Local) que promoveu no final de 2011 um dia aberto dedicado às plantas aromáticas e medicinais, na Universidade de Évora, envolvendo agricultores, cientistas e organizações locais, com o objectivo de construir redes de conhecimento e cooperação.

O desenvolvimento desta fileira parece muito relevante tanto pelo contributo que pode vir a dar para a sustentabilidade económica do montado, como pelo contributo para a preservação e valorização da sua biodiversidade mais genuína.

3.7. Cogumelos

O montado é um ecossistema muito rico em cogumelos. A sua utilização em Portugal, para fins gastronómicos, é bastante menos generalizada do que noutros países europeus, embora o consumo esteja a crescer. Segundo Potes (2011) no final do séc. XX, a procura de cogumelos, sobretudo para exportação, aumentou exponencialmente. Estima-se que, entre 1997-2002 tenham saído de Portugal cogumelos no valor de aproximadamente 20 milhões de euros/ano. A apanha de cogumelos silvestres tornou-se uma atividade interessante.

Este crescimento foi, no entanto, desregrado, colocando em causa a conservação deste recurso natural e, por outro lado, não garantindo sequer a sustentabilidade económica e integração na economia local. Segundo Marques (2005) verificou-se: *“ sobre-exploração de um reduzido número de espécies e utilização de métodos de colheita prejudiciais para a sobrevivência dos fungos; ausência de aproveitamento de muitas espécies comestíveis com interesse comercial, em resultado do desconhecimento dos colectores e/ou escassez de infraestruturas de comercialização e transformação; ausência de regulamentação da colheita e comercialização de cogumelos silvestres; alterações nos habitats e gestão florestal que não tem em conta o valor económico dos recursos micológicos associados.”* (pág. 1 e 2)

Todos estes aspectos apontam para a necessidade de uma política de gestão sustentável para a exploração dos recursos micológicos que os integre nos planos de gestão florestal, pelo seu importante papel em muitos processos ecológicos.

O contributo dos recursos micológicos para o equilíbrio do ecossistema montado é bastante vasto. Marques (2005) sumariza as suas variadas funções, ao nível da decomposição da matéria orgânica; contribuição para a diversidade biológica e paisagística; acumulação de nutrientes no micélio impedindo a sua lixiviação; os fungos micorrízicos, para além dos benefícios nutricionais resultantes do maior volume de solo explorado e da grande eficiência na assimilação de nutrientes, aumentam a resistência a doenças radiculares e a tolerância a condições desfavoráveis de crescimento; alguns fungos produzem hormonas (auxinas, giberilinas, citoquininas e etileno) que promovem o desenvolvimento das plantas e do seu sistema radicular; as hifas dos fungos contribuem para a agregação das partículas do solo e matéria orgânica, facilitando o arejamento e a circulação da água no solo; constituem um elo importante na cadeia alimentar dos ecossistemas florestais.

Por outro lado, os cogumelos poderão vir a ter um papel relevante, enquanto agentes de desenvolvimento socioeconómico, através da gastronomia, biotecnologia, turismo, e outras atividades económicas a eles associadas.

“Os cogumelos silvestres são um recurso florestal cujo aproveitamento deve ser encarado numa perspectiva abrangente de diversificação económica do meio rural, através do desenvolvimento do turismo de natureza, pela criação de percursos

micológicos e ações de educação ambiental, com adesão crescente em Portugal, ou do turismo gastronómico e promoção de outros produtos locais, para além de permitir reforçar a participação do público em geral na conservação da floresta” (Marques, 2005, p.3)

Nos últimos anos deram-se alguns passos importantes. O decreto Lei nº 254/2009 vem introduzir algumas medidas concretas para a regulação da colheita de cogumelos, nomeadamente estabelece um limite máximo de 5Kg/Colector para fins particulares; e a necessidade de se obterem licenças para colheitas com fins comerciais. Por outro lado, o desenvolvimento da gestão sustentável dos recursos micológicos silvestres tem sido o objecto de estudo por parte do Centro de Micologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e várias outras universidades portuguesas têm publicado estudos nesta área. Por fim, o Micoturismo tem vindo a despontar através de percursos micológicos e de educação ambiental, promovidos por entidades públicas e privadas.

3.8. Caça

A caça deixou de ser uma necessidade para se tornar um desporto, mais ou menos massificado, potencialmente ameaçador para os ecossistemas. Tornou-se necessário regulamentar a caça, no sentido de corresponder às exigências de conservação da fauna. Tal implicou, segundo Bastos (2008), políticas de proteção dos habitat naturais; criação de zonas reservadas à estadia e nidificação e o cálculo científico do movimento migratório, com o objetivo de estabelecer a quantidade máxima de animais que se podiam abater.

Em 1988 surge em Portugal um novo quadro legislativo que regulamenta a atividade cinegética; vem permitir a exploração privada e associativa da caça e, por outro lado, segundo Borralho et al (1999), conduziu à criação de medidas rotineiras de gestão cinegética em zonas onde até então existia uma caça desregrada. Desde essa altura, as reservas de caça no montado alentejano têm-se multiplicado. Para tal terá contribuído, segundo Ferreira, D (2001), o crescimento da área de montado

abandonado e de incultos, em consequência do êxodo rural, do abandono de culturas de sequeiro e das políticas de “*set-aside*” da PAC.

É opinião relativamente generalizada (Bastos, 2008; Borralho et al, 1999) que a atividade cinegética, desde que devidamente regulada, pode ter um contributo para a manutenção do ecossistema agrário, a vários níveis. A caça depende da existência da fauna selvagem e pode contribuir para a valorizar e regular através, por exemplo, da proteção dos seus habitats. Por outro lado, a caça contribui para a sustentabilidade financeira de muitas explorações agrícolas, especialmente em áreas mais marginais de montado e estimula outros produtos e serviços a ela associados como é o caso do turismo em espaço rural, gastronomia local, etc.

4. Serviços Culturais do Ecossistema Montado

4.1 A paisagem do Montado como Herança Cultural

A desconstrução das paisagens tradicionais e o afastamento entre a paisagem atual, e os seus estereótipos, causam um sentimento de perda, de empobrecimento cultural e de ameaça ao património, referencial de identidade. (Barata, 2010).

A paisagem do montado é uma construção dinâmica e, nos dias de hoje, está longe de ser um todo coerente e homogéneo. As profundas alterações agrícolas ao longo do séc. XX, quer no sentido da intensificação quer do abandono, conduziram a impactos profundos na própria paisagem e à sua diversidade (Ferreira, 2001).

Contudo, a imagem tradicional do montado mantém um forte valor simbólico e identitário e permanece a imagem de marca da paisagem rural alentejana.

Num estudo realizado pela Universidade de Évora em 2010/2011 (Correia e Surová, 2011) junto de 1066 inquiridos no Alentejo (utilizadores da paisagem com características muito diferenciadas; locais e vindos do exterior), e recorrendo a fotografias de vários tipos de paisagens rurais (montado; olival; floresta de pinheiro manso; paisagem agrária com culturas intensivas; etc.) concluiu-se que a paisagem de montado era preferida a todas as outras por mais de metade dos entrevistados.

Para a maioria dos entrevistados, o montado evoca associações muito positivas: Produção (*cortiça; bolota; riqueza; gado; porco preto; rolha; lenha; exploração extensiva*); ecologia (*não explora a terra; faz parte do ecossistema natural; muitas formas de vida; calor*); estética (*beleza; nobreza; paisagem bonita; árvore linda; escala humana; luz; cores lindas; amarelo e verde*); lazer (*passeios agradáveis; sombra para pic-nic; dormir a sesta; ouvir cantar os passarinhos; aventura*); sensações (*tranquilidade, paz de espírito; silêncio; liberdade; eternidade; intangível; pensar; acolhedor; contacto com a natureza; selvagem; mágico; equilíbrio; poesia; misterioso; saudade; solidão*); cultura (*tradição; longevidade; identidade; “faz parte de nós”; Alentejo; Portugal*) (Correia e Surová, 2001, p8)

A variedade das associações é ilustrativa da multifuncionalidade da paisagem e das suas múltiplas valências. Segundo Barata (2010) nos nossos dias, assiste-se a uma revalorização da paisagem rural, que é sintomática das novas tendências de gestão dos tempos livres, que espelham um movimento de retorno às raízes e às tradições, gerado pela nostalgia de uma realidade que se perdeu, ou está em vias de se perder.

Esta multiplicidade de valências da paisagem do montado: estéticas; inspiracionais; hedónicas; recreativas, simbólicas e de identidade - constituem importantes serviços culturais deste ecossistema e, por outro lado, mais valias numa perspectiva da agricultura multifuncional que pode sobre elas construir todo um conjunto de ofertas: recreativas, culturais, pedagógicas, etc.

4.2 O Turismo

Em termos jurídicos, o Turismo em Espaço Rural (TER) define-se como o «conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados (...) em zonas rurais» (Decreto-Lei N.º 54/2002). Estes serviços de hospedagem encontram-se repartidos por sete categorias legalmente definidas –Turismo de Habitação, Turismo Rural, Turismo de Aldeia, Agroturismo, Casas de Campo, Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rurais (Decreto-Lei N.º 54/2002). A oferta de alojamentos em espaço rural no Alentejo tem vindo a crescer nos últimos anos. Em 2006 o Alentejo representava já 22,4% do TER nacional (segundo o REA 2007), uma quota bastante superior aquela que tem no total

do turismo nacional (apenas 3.3% das dormidas) o que mostra a sua vocação especial para o turismo rural.

Não dispomos de dados sobre a evolução recente do TER no Alentejo. Sabemos que o total do turismo no Alentejo não evoluiu favoravelmente no último ano (-2.6% de dormidas 2011 vs. 2010) sobretudo devido à retração da procura interna da qual o Alentejo é muito dependente (Turismo de Portugal, 2012). Uma das principais vulnerabilidades do Turismo no Alentejo, segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT (2007), é não ter conseguido até agora afirmar-se no turismo internacional.

A importância do turismo, e em particular do TER, para o desenvolvimento rural não pode ser medida em termos do número de dormidas, nem sequer através das receitas diretas geradas. De facto, o turismo rural pode funcionar como importante alavanca do desenvolvimento local, na medida em que, segundo Jesus et al (2008), o turismo só é viável quando existem valores locais, é uma atividade que pode endogeneizar os recursos locais (naturais, humanos, histórico ou culturais) e acrescentar-lhe valor. Por outro lado, o turismo cria uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas contribuindo para a coesão social. O turismo estimula a criação de infraestruturas e equipamento social que, servem não só os turistas mas também a população local, factor crítico em regiões desfavorecidas. O turismo contribui também para a dinamização e modernização da produção local ao apoiar a arte e o artesanato local, entre outros sectores. Permite o aproveitamento de instalações e equipamentos abandonados ou obsoletos (casas antigas; aldeias abandonadas; etc.) conferindo-lhes uma nova função. Por fim, o turismo rural, contribui para a diversificação das atividades ligadas à exploração agrícola e para a criação de novos postos de trabalho, sobretudo para os jovens e para as mulheres.

O PENT (2007) aponta um objetivo ambicioso para a crescimento do turismo no Alentejo. Prevê que o Alentejo venha a ter crescimentos anuais da ordem dos 11% (plano a 10 anos). Os principais recursos atribuídos à região como mais valias para o turismo são: a cidade de Évora; as praias virgens; os castelos e fortalezas; o

património arqueológico e arquitectónico; o Alqueva; as aldeias típicas; pousadas; a gastronomia e vinhos.

O Alentejo aparece, neste plano nacional, sobretudo associado ao turismo do tipo *Gastronomia & Vinhos* e *Touring Cultural & Paisagístico*. O agroturismo não consta especificamente como uma prioridade no desenvolvimento turístico e o montado e as suas tradições agrárias não são diretamente apontadas como mais valias.

Não existindo zonas protegidas com área significativa de montado, torna-se difícil estabelecer uma relação direta entre o montado e fluxos turísticos. Contudo, parece bastante consensual, que este ecossistema agrário é o pano de fundo estruturador: *“ o recreio e o lazer em áreas de montado estarão sempre ligados às características da paisagem, determinada pelo seu aproveitamento agro-silvo-pastoril. Parecendo claro que, intervenções que produzam alterações profundas no equilíbrio dos sistemas agrícolas deverão ser evitadas”* (MEA 2009, p 269).

A manutenção do ecossistema agrário montado é, portanto, um aspeto fundamental para a qualidade da paisagem e para a riqueza e autenticidade da oferta turística (gastronomia; artesanato; tradições do mundo rural, etc.).

Capítulo IV

AGRICULTURA MULTIFUNCIONAL

A multifuncionalidade da agricultura, em si mesma, não é um facto novo: *“ desde os tempos mais remotos que a atividade agrícola tem uma natureza multifuncional (ambiental, económica e social) (...) Nos últimos dois séculos esta natureza multifuncional foi perdendo muitas das suas valências, sendo a agricultura comercial, baseada na mono-produção e produzindo externalidades negativas, o exemplo extremo da posição perigosa em que a atividade agrícola se colocou”* (2004, Carvalho et al, p4)

Assim, o modelo multifuncional vem tentar recuperar esse papel da agricultura tentando responder aos enormes desafios criados pelo acumular de desequilíbrios nos dois últimos séculos, fruto duma visão economicista e reducionista na agricultura.

1. Conceito de Agricultura Multifuncional

O conceito de agricultura multifuncional, emerge em 1992 no Rio Earth Summit e baseia-se na constatação de que a agricultura oferece benefícios que extravasam largamente o fornecimento de alimentos e matérias primas. A agenda 21, no seu capítulo 14 (Promoting Sustainable Agriculture and Rural development), enfatiza o *“multifunctional aspect of agriculture, particularly with regard to food security and sustainable development”*(in DeVries, 2000, p.2)

Em 1998, a OCDE (Declaration of Agricultural Ministers Committee) desenvolve este conceito.

“Beyond its primary function of producing food and fibre, agricultural activity can also shape the landscape, provide environmental benefits such as land conservation, the sustainable management of renewable natural resources and the preservation of biodiversity, and contribute to the socio-economic viability of many

rural areas. Agriculture is multifunctional when it has one or several functions in addition to its primary role of producing food and fibre” (in DeVries, 2000, p.4).

No entanto, apesar da aparente simplicidade desta definição, a operacionalização do conceito de “agricultura Multifuncional” está longe de ser simples ou consensual. Wilson (2007) enfatiza esse facto, quase duas décadas após a emergência do conceito. A grande questão é como operacionalizar esse conceito no contexto de hoje, pós-produtivista, como definir claramente os contornos duma exploração multifuncional e as suas relações, necessariamente complexas, com as instituições e a sociedade em geral.

2. O papel do agricultor

O agricultor, individualmente e através de organizações corporativas, tem um papel chave. Ele tem uma influência direta nos ecossistemas e é um mediador privilegiado na relação entre os ecossistemas e as populações. A opção por uma agricultura multifuncional implica necessariamente uma nova consciência e um novo compromisso por parte do agricultor.

Resta saber qual o nível de consciencialização e de formação dos agricultores alentejanos para fazer face a estas mudanças. Sabemos que a idade média do produtor agrícola⁸ alentejano continua a aumentar, situando-se em 64 anos, segundo dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (mais 4 anos do que em 1999). O nível de instrução, embora tendencialmente esteja a aumentar, continua a ser muito baixo, apenas com uma pequeníssima minoria de licenciados. A superfície agrícola das explorações alentejanas é cerca de cinco vezes superior à média do país e continua a aumentar (+15% de 1999 para 2009). Estes dados parecem ser indicadores de uma falta de renovação na agricultura alentejana. Poderemos levantar várias hipóteses explicativas, que fogem no entanto ao âmbito deste estudo. A dificuldade dos jovens no acesso à terra será certamente uma delas.

⁸ Produtor agrícola: responsável jurídico e económico da exploração

Por outro lado, as práticas e atitudes dos atuais proprietários são indicadores importantes para aferirmos o grau de permeabilidade à mudança. Num estudo levado a cabo pela universidade de Évora (Correia 2011) junto de 70 proprietários rurais alentejanos, tendo por base uma bateria de indicadores ao nível das atitudes e práticas e sujeita a uma análise multivariada, chegou-se a uma tipologia de perfis de agricultores, sendo que apenas 15% dos agricultores (% baseada na área gerida por cada um deles) se enquadra num perfil *Inovador / Multifuncional*. A grande maioria dos agricultores têm um perfil que não se coaduna com esse modelo de desenvolvimento agrícola: 34% são *especialistas/agro-negócio* e 51% *extensivos /convencionais*, pouco abertos a novas práticas.

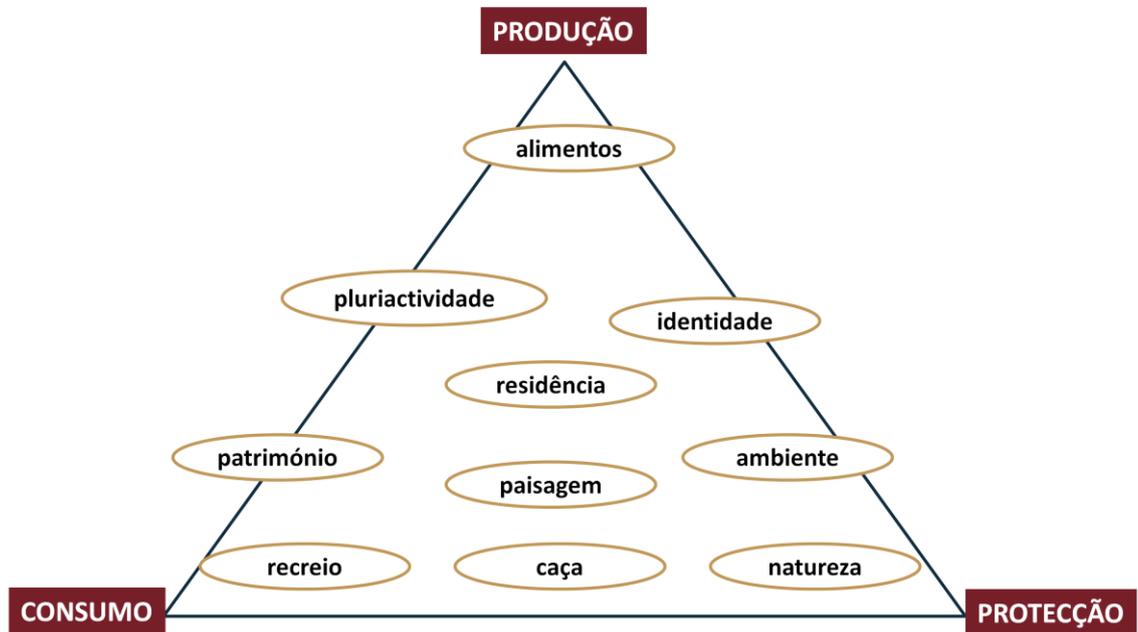
A renovação do capital humano parece, pois, um factor crítico para o desenvolvimento da multifuncionalidade no montado.

3. Agricultura e Sociedade: os novos tipos de procura.

Na sociedade pós-moderna, cada vez mais urbanizada e em que a vida das populações está cada vez mais desligada da natureza, surgem expectativas crescentes e novos tipos de procura para o mundo rural. Segundo Huylenbroeck e Durand (2003) surgem novos padrões socioculturais em que o espaço rural deixa de ser visto apenas como um espaço de produção e passa a ser também um espaço de consumo (recreio, descanso, reequilíbrio, etc.). Paralelamente verifica-se uma crescente intolerância por parte da sociedade em geral perante as externalidades negativas da agricultura produtivista (poluição; destruição da paisagem, etc.) e uma maior exigência de segurança alimentar; autenticidade dos produtos, do seu carácter local e valor simbólico; qualidade da paisagem rural que implica a mitigação dos impactos e a minimização do antagonismo entre o natural e o transformado; proteção da natureza.

Para Holmes (2006) in Correia (2011), as expectativas da sociedade perante o mundo rural podem sumarizar-se da seguinte forma:

Fig. XI – Novas procuras para o mundo rural



Fonte: Baseado em Holmes (2006) in Correia (2011b) p.5

Existe uma procura crescente para as chamadas “**amenidades**”. A OCDE (1999) in Ruivo (2007) (p2) define amenidades como “*uma larga gama de características das áreas rurais, naturais ou produzidas pelo Homem, incluindo terrenos incultos e cultivados, monumentos históricos e mesmo tradições culturais(...)* (às quais se reconhece valor específico hedónico, social e económico.”

4. Perspectivas evolução futura: o papel da agricultura no contexto pós produtivista

Contudo, e segundo Lima Santos (2009) o modelo de desenvolvimento da agricultura para o futuro não pode ser reduzido ao conceito de diversificação de atividade, isto é, incorporação das amenidades e oferta de novos serviços recreativos e de lazer.

Segundo este autor, essa foi a tendência na Europa nas últimas duas décadas do séc. XX, em que a disponibilidade de produtos agrícolas baratos, no mercado global,

levaram a que a terra se tornasse excedentária e conduziram à extensificação ou mesmo ao abandono rural. O mundo rural passou a ser visto como um espaço pós-produtivo, um espaço de lazer, natureza ou cultura; de consumo mais do que de produção; e o valor da terra sobretudo associado à qualidade de vida (em que a ausência de poluição; a qualidade da paisagem rural; a presença de vida selvagem; a riqueza cultural; o valor simbólico e de identidade, são ativos valorizados).

Contudo, a agricultura vive hoje um processo de mudança acelerada. A crise dos preços dos cereais (2005-2008) veio bruscamente alterar este paradigma. Tomou-se consciência de que a terra tenderá no futuro próximo a tornar-se um recurso cada vez mais escasso, para fazer face aos riscos alimentares, energéticos e ambientais. A questão, deixará de ser, o que fazer com a terra excedentária mas sim como conseguir conciliar a necessidade de produção de alimentos (para uma população mundial que continua a crescer e em que a dieta vai cada vez mais incorporando a carne); com as necessidades de reconversão energética; e as necessidades de preservação da biodiversidade da qual depende a vitalidade e capacidade produtiva dos próprios ecossistemas.

“A terra a usar para biocombustíveis, alimentos, biodiversidade e outros importantes processos ecológicos é globalmente a mesma. Assim, é necessário gerir globalmente o uso do solo, uma vez que os riscos a reduzir estão globalmente inter-relacionados”(p13)

Esta escassez da terra é potenciada não apenas pelo aumento da procura dos seus *outputs* mas também, em simultâneo, pela diminuição expectável desses *outputs*, isto é, surgem uma série de indicadores que apontam para um decréscimo da própria capacidade produtiva, como consequência do esgotamento gerado pelo modelo produtivista: escassez de água- lençóis freáticos em queda em todo o mundo; resposta decrescente aos fertilizantes; perda acelerada de solo (em resultado do crescimento das cidades; vias de comunicação; desertificação); diminuição da reserva de novas soluções tecnológicas para aumentar a produtividade.

Segundo este autor, o debate tradicional *intensificação vs. extensificação* precisa ser visto sob este novo prisma. Se por um lado, se torna necessário intensificar o uso da terra para fazer face às necessidades crescentes, por outro lado, o modelo de

intensificação não pode ser o do passado (à base de massificação dos inputs: fertilizantes; pesticidas; água e energia) uma vez que conduziu ao esgotamento (eutrofização; destruição da cadeia alimentar; esgotamento da água; aquecimento global).

A resposta para este problema complexo situa-se necessariamente a vários níveis. Por um lado passa por utilizar novos modelos tecnológicos na agricultura, uns já existentes outros a desenvolver, que aumentem a eficiência dos inputs (agricultura de precisão; novos sistemas de rega; proteção integrada); substituam o uso de inputs químicos e industriais por processos que imitem os processos ecológicos (predação; parasitismo; fixação simbiótica de azoto; micorrizas; mistura de culturas anuais com lenhosas; etc.) e reduzam a dependência de energia fóssil.

Em suma, o que está em causa é conseguir manter a produtividade ou mesmo aumentá-la, de forma sustentável. Para além das questões tecnológicas, Santos Lima enfatiza a necessidade de um outro paradigma na valorização dos serviços prestados pela agricultura (ambientais e sociais), como forma de tornar viáveis as mudanças necessárias.

5. Valoração dos produtos e serviços da Agricultura Multifuncional

Uma questão fulcral que se coloca, portanto, é a forma como as sociedades deverão valorizar e remunerar os agricultores pelos serviços adicionais aos quais tradicionalmente não era atribuído valor económico. De facto, a avaliação dos serviços prestados pela agricultura multifuncional, enfrenta o mesmo tipo de dificuldades do que a avaliação dos serviços dos ecossistemas, tal como problematizada por Sukdhev, P (2010).

Huylenbroeck e Durand (2003) utilizam o conceito de “Commodity “ Vs. “Non comodista”, ou seja, alguns dos produtos e serviços provenientes da agricultura multifuncional são susceptíveis de ser valorizados pelos mercados (produção de alimentos e matérias primas; subprodutos transformados; turismo rural, serviços pedagógicos, etc.); outros contudo, são dificilmente remunerados pelos mercados

(segurança alimentar; tradições e identidade do mundo rural; paisagem rural; conservação do solo e da água; preservação da biodiversidade)

Estão em causa valores intangíveis, dependentes do contexto sociocultural, e mesmo ético e moral em que se insere a atividade agrícola. Não existe consenso universal sobre muitas questões ambientais, tais como o valor que deve ser dado à preservação duma determinada espécie ameaçada; à adopção de boas práticas para o bem estar animal; à diminuição de vários tipos de riscos, etc. As questões éticas emergem fortemente, por outro lado, quando se trata de aceitar, ou não, assumir determinados custos hoje, para preservar recursos para as gerações vindouras

Estão em causa limites complexos entre o público e privado, difíceis de definir. A conservação do solo, por exemplo. Por um lado, o solo é um factor produtivo para o agricultor que dele faz um uso privado, por outro, é um aspecto essencial da sustentabilidade global da prática agrícola para as gerações vindouras, tendo portanto um carácter público.

A questão da remuneração dos efeitos positivos Vs. penalização (custo) para as externalidades negativas parece, no entanto, e apesar de todas as dificuldades, ser um factor chave para a sustentabilidade económica do modelo de agricultura multifuncional, sem a qual ela dificilmente conseguirá sobreviver no contexto do mercado globalizado, competindo com produtos provenientes do modelo produtivista.

6. PAC e multifuncionalidade

“The fundamental difference between the European Model and that of our main competitors lies in the multifunctional nature of agriculture in Europe and in the role it plays in the economy and the environment, in the society and the conservation of the countryside; hence the need for maintaining agriculture all over Europe and protecting farmers income” European Commission, 2000 in (2003) Huylenbroeck & Durand (p12)

A PAC (resultante da reforma de 2003) anuncia como objectivo criar as condições para o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional, sustentável e competitiva na União Europeia. Alguns dos instrumentos de apoio aos Agricultores

refletem esta nova filosofia. O RPU ao desvincular, total ou parcialmente, o apoio aos agricultores da produção e ao subordiná-lo ao cumprimento de algumas boas práticas de gestão ambiental dá um passo nesse sentido. Igualmente, o PRODER, principal instrumento de apoio ao desenvolvimento do mundo rural, apresenta múltiplas medidas que denotam uma visão de sustentabilidade e multifuncionalidade da agricultura.

Contudo a PAC não deixa de ser objecto de múltiplas críticas, em sentidos opostos. É acusada de usar a multifuncionalidade como forma de legitimar a transferência de subsídios para os agricultores (DeVries, 2000, p. 6) Em especial os países com grandes economias exportadoras, altamente produtivistas, encaram estes fundos como formas de concorrência desleal. Outras críticas, em sentido oposto, enfatizam sobretudo a necessidade duma maior integração e aprofundamento das medidas da PAC.

Independentemente da opinião que se tenha sobre a PAC e independentemente da sua evolução futura, o que parece claro é que o desenvolvimento da multifuncionalidade extravasa os seus limites. Ela envolve mudanças profundas. É todo um novo paradigma para a agricultura na sua relação quer com a sociedade quer com o ecossistema.

Multifunctionality not only means a change in the support systems to farmers, but also requires a fundamental change in daily practices of farmers, a change in contractual relations between farmers and stakeholders, the development of new marketing and cooperation systems enabling the remuneration of the contributions to public goods, and so on. In several chapters, it is argued that if multifunctionality is really taken seriously, it requires a complete rethinking of the institutional system surrounding agricultural production. “ (2003) Huylenbroeck & Durand (p12)

7. Novas estratégias para o desenvolvimento da multifuncionalidade no montado

A Multifuncionalidade pode ser um motor da gestão agrícola: na procura da sustentabilidade económica mas também no assumir do seu papel no

desenvolvimento rural e na preservação dos ecossistemas. Segundo Correia (2011), a multifuncionalidade, nos nossos dias, pode desenvolver-se através de 3 estratégias diferentes, em 3 eixos distintos e complementares:

Fig XII- Economia da exploração: estratégias para a multifuncionalidade



(baseado em) Correia, 2011^a, p.7

Aprofundamento: prende-se com encontrar formas de acrescentar valor nas funções tradicionais (alimentos e matérias primas). Trata-se de todo um conjunto de estratégias associadas à produção.

Alargamento: prende-se com encontrar novas funções que acrescentem valor à exploração.

Reposicionamento: prende-se com encontrar novas funções, a partir da base da exploração mas com mobilização significativa de novos tipos de recursos.

Este modelo, servirá de base à análise das estratégias de desenvolvimento da multifuncionalidade no estudo de caso.

Capítulo V

Estudo de caso: Herdade do Freixo do Meio

1. Introdução

A Herdade do Freixo do Meio é uma exploração agrícola situada no concelho de Montemor-o-Novo, com 423 hectares de montado. Esta exploração é, no meu entender, um excelente exemplo de aplicação do modelo de agricultura multifuncional no contexto do montado alentejano. Foi essa a principal razão que determinou a sua escolha para este estudo de caso.

Pretende-se com este estudo compreender as novas estratégias de aplicação do modelo multifuncional no montado que permitem recriar a riqueza e complexidade do modelo tradicional agro-silvo-pastoril e adaptá-lo aos nossos dias, face às novas exigências no plano ambiental e do desenvolvimento rural, face às novas procuras mas também face às novas pressões económicas ditadas pela globalização dos mercados e pela progressiva concentração da distribuição.

Por outro lado, a perspectiva da abordagem é, partindo da base da exploração, compreender as diferentes forças que podem facilitar ou bloquear a disseminação deste modelo.

2. Objectivos do estudo de caso

- Caracterização do agricultor (definido como o responsável pela maior parte das decisões de gestão agrícola)
 - Perfil do agricultor; formação; percurso, atitudes face às funções da atividade agrícola
- Análise do processo de desenvolvimento da multifuncionalidade na Herdade do Freixo do Meio
 - Situação de partida: a Herdade do Freixo do Meio em 1990

- A Herdade do Freixo do Meio em 2012
- Cronologia da (re)construção da multifuncionalidade
- Análise das Estratégias de (re)construção da multifuncionalidade.
 - Estratégias de aprofundamento
 - Estratégias de alargamento
 - Estratégias de reposicionamento
- A Sustentabilidade da Herdade do Freixo do Meio
 - Sustentabilidade ambiental
 - Sustentabilidade ao nível do desenvolvimento rural
 - Sustentabilidade Económica
- Conclusões

3. Metodologia

A informação foi recolhida e analisada através de três técnicas complementares:

- Análise documental (site da empresa, folhetos de divulgação, entrevistas do responsável da exploração em meios de comunicação diversos, etc.)
- Observação direta (visita à exploração)
- Duas entrevistas baseadas em guião semiestruturado, gravadas em áudio e posteriormente transcritas e sujeitas a análise de conteúdo.
 - Entrevista ao responsável da exploração, Alfredo Cunhal Sendim
 - Entrevista a Ana Luísa Janeira, universitária reformada, voluntária na Herdade do Freixo do Meio.

4. Análise da informação recolhida.

4.1. O agricultor (definido como o responsável pela maior parte das decisões de gestão): formação, percurso, atitudes e visão sobre as funções da actividade agrícola

“A Herdade do Freixo do Meio tem desenvolvido uma atividade de promoção da vida no campo, de prática de uma agricultura sustentável, respeitando os recursos naturais e os ciclos da natureza. Alheia à hegemonia do mercado e à maximização dos resultados imediatos, procura uma sustentabilidade económica a par da prática efetiva de políticas sociais e ambientais. Aposta no conhecimento e na eficiência dos processos, na redução constante e progressiva da sua pegada ecológica através da produção em Modo de Produção Biológico, da diminuição na produção de carne, do recurso a produtos locais ou da diminuição da distribuição. Procura contribuir para uma nova ordem energética baseada na produção local de energia e na independência progressiva do petróleo. A Herdade do Freixo do Meio tenta gerir responsabilmente o ecossistema do Montado respeitando a sua vocação para a multifuncionalidade e complexidade” (Alfredo Cunhal Sendim in www.herdadedofreixodomeio.com)

Esta visão, que orienta hoje a gestão na Herdade do Freixo do Meio, em que as questões da multifuncionalidade da agricultura e a postura de responsabilidade social e ambiental, emergem fortemente, é indissociável do próprio percurso pessoal e profissional de Alfredo Cunhal Sendim (ACS). De facto, não se tratou de um apriori mas dum conjunto de valores que se foram agregando no decorrer da experiência vivida. Interessou-nos perceber os momentos marcantes e os factores determinantes.

ACS nasceu no seio duma das mais abastadas famílias de Montemor-o-Novo, com uma longa tradição agrícola que remonta ao séc. XIX e proprietária de várias herdades de montado. Nesta família existia a cultura da **terra enquanto elo intergeracional**. Por outro lado, numa região marcada por fortes clivagens sociais, existia um sentido de **responsabilidade social**, não isento da influência da doutrina social da igreja, e que lhe foi transmitido sobretudo por via materna: através da mãe

mas também do avô (reconhecido benemérito da Terra). A importância da terra, enquanto geradora de emprego e trabalho digno, base do sustento de muitas famílias, foi provavelmente a principal influência da família na visão de ACS.

Por outro lado, durante a infância, nas férias escolares, ACS passava os meses de Setembro na Herdade do Freixo do Meio, *“um mês extraordinário, em que tudo rebrota”*. Estas experiências precoces de **contacto com a natureza**, criaram um **elo afectivo** com aquele espaço concreto que viria a acompanhá-lo ao longo da vida. Apesar da família ter várias outras propriedades, mais bonitas ou mais produtivas, esta era a única com que se sentia verdadeiramente identificado *“Eu tinha um imaginário com esta herdade absolutamente extraordinário”*. A sua convicção acerca da importância de proporcionar esse mesmo contacto direto, às crianças, cujo imaginário está cada vez mais desligado da natureza, foi provavelmente resultado desses meses de Setembro.

No dia 25 de Abril de 74, ACS tem 7 anos. A reforma agrária produz uma reviravolta brutal na vida da família que, dum momento para o outro, perde todas as suas terras. Dos 8 aos 22, numa fase crucial na estruturação dos seus próprios valores, ACS vê-se na necessidade de trabalhar. *“ Não tínhamos dinheiro nenhum. Comecei a trabalhar, mesmo a sério, muito miúdo.”* Não há, contudo, no seu relato qualquer sombra de ressentimento. Há, antes, apreciação pela oportunidade que teve de desenvolver um dos aspectos estruturantes da sua relação com o mundo: **o sentido do trabalho, enquanto realidade física**. É, não sem prazer, que relata o que viveu, anos mais tarde, de novo proprietário: *“ Eles pensaram que eu vinha para aqui, mais um latifundiariozinho, dar ordens de Jeep e depois ir almoçar e beber copos (...) eu trabalhava mais do que eles, eu verguei-os”*. Podemos perceber o alcance deste relato, ao observá-lo hoje, nos seus múltiplos afazeres, na relação que estabelece com os trabalhadores da Herdade. E podemos observá-lo também na sua postura ao longo da entrevista, na forma como, enquanto fala, vai fazendo múltiplas pequenas tarefas. No caso de ACS, ação e reflexão são duas faces da mesma moeda. O trabalho não tem nada de alienante. Ele coexiste com o pensamento, é um alicerce na busca de estrutura e de sentido.

Este mesmo período terá influenciado, talvez, um outro aspecto bem notório na sua personalidade de hoje, o sentido da **parcimónia**. ACS é alguém que não precisa de muito para viver, alguém que cultiva a frugalidade, que procura a integralidade e despreza o supérfluo.

Nos anos 80, a família começa a recuperar as terras. Curiosamente é nessa altura que surge o período mais conturbado, a primeira crise de valores. ACS estuda Engenharia Zootécnica em Évora e de certo modo vive entre dois mundos: *“dava-me com gente de esquerda mas tinha o peso da família”*. Por um lado, ele é alguém que não quer que o vejam entrar na casa apalaçada do séc. XVI onde a família reside de novo; alguém que partilha com os colegas a frustração pelos ideais de Abril, abortados, pela breve *“lufada de ar fresco”* que chega a Évora, *“uma sociedade quase feudal”*, para logo se dispersar e a deixar *“enquistada”*. Por outro lado, há o apelo dos laços familiares, o apelo da terra, e a **responsabilidade** de participar na reconstrução. É esta segunda que acaba por prevalecer. *“Durante os anos 80 eu era um funcionário da minha mãe. Era preciso produzir, produzir(...) nós penámos! Nos primeiros anos, era agricultura convencional, pura e dura”*. Com as primeiras tiragens de cortiça surge de novo o desafogo financeiro. Um desafogo que é vivido por ACS como algo inesperado, de certo modo, uma dádiva: *“eu tive a sorte de viver os meus primeiros anos de vida empresarial, sem limitações de recursos(...) havia desafogo e com isso surgiu a necessidade de encontrar um sentido para as coisas”* Esta ausência de pressão financeira, o privilégio da liberdade de ação, traz para ACS, mais uma vez, o peso da **responsabilidade** e um certo desconforto *“tive imensa dificuldade em vestir a pele dum agricultor latifundiário”*. Ele podia fazer as coisas bem feitas. No entanto, faltava ainda uma visão clara, mais integrada e estruturante, sobre o sentido a imprimir à sua atividade agrícola.

Em 1990 ACS muda-se para a Herdade do Freixo do Meio e assume, embora não de forma totalmente autónoma, a gestão desta herdade, a última a ser devolvida à família. Quase toda a década de 90 é marcada por essa procura de um modelo de atuação e pelo entrecruzar de diferentes forças e influências.

Inicialmente, sobretudo por via da mãe, o sentido de responsabilidade social, influencia muitas das decisões de gestão, ao nível da preocupação em recuperar

atividades que gerassem emprego (não apenas atividade florestal mas também pastorícia e cultivo). Havia, por outro lado, uma procura de rentabilidade, baseada num modelo económico clássico, com uma visão fragmentada da exploração. Cada uma das atividades da exploração deveria ser um centro económico sustentável de per se “ *eu queria pôr as ovelhas a dar dinheiro*”. Existia uma grande preocupação em reduzir a dependência da cortiça “ *sempre lutei contra habituarmo-nos a viver à sombra da bananeira dum produto que não vai durar sempre*”. A forma de investir as receitas da cortiça não era, contudo, um assunto consensual no seio da família. ACS sempre defendeu a necessidade de investir as receitas da cortiça noutras atividades da própria exploração, enquanto outras vozes defendiam a necessidade de diversificar o património da família através de outro tipo de investimentos.

Neste período, acaba por se ver envolvido num negócio de grandes dimensões, com pessoas das suas relações, muito bem posicionadas na alta finança portuguesa: “ *eu fui com a ideia de renovar, criar postos de trabalho mas foi uma frustração total (...) até hoje estou a pagar a factura (...) foi um desacreditar em toda a sociedade instalada.*” Tratou-se de um momento de viragem. Esta experiência marcaria profundamente a sua ética empresarial, no sentido da **recusa de modelos oportunistas, de curto prazo, em que a busca do lucro fácil é o único princípio orientador**. Esta visão, contudo, não implica o menosprezo do dinheiro. ACS acredita na importância de assumir plenamente a responsabilidade pela sustentabilidade económica e financeira da sua exploração: “ *Durante anos eu não me preocupava com dinheiro, não esbanjava, preocupava-me com a rentabilidade, mas não pagava as contas. Havia alguém que fazia isso (...) acho que me fez mal não ser eu a lidar com o dinheiro*”

Por outro, neste período de definição de caminhos para a Herdade do Freixo do Meio, o tio de ACS tem uma outra influência muito particular “ *o meu tio trouxe-me a visão do montado tradicional(...)* Inspirou-me. Conseguí ver o montado de há 50 anos atrás, produzindo de tudo, com uma autonomia brutal(...) e pensei: *é isto que tenho de fazer*” . Esta ideia vai ganhando forma e começa progressivamente a orientar decisões de gestão como é o caso da reintrodução do porco alentejano, nessa altura praticamente extinto.

Esta perspectiva multifuncional do montado, que surgiu inicialmente numa lógica algo revivalista, enquanto modelo económico eficiente no aproveitamento dos recursos e gerador de emprego, acabaria por se consolidar à medida que se desenvolvia um outro pilar importante: a **preocupação com as questões ambientais**. Tratou-se de um processo de consciencialização que se foi construindo e para o qual contribuíram algumas influências, das quais destaca: o facto de um dos irmãos ser fundador da GEOTA; o período que passou em Espanha a partir de 1993, enquanto estudante numa pós graduação, em que contactou de perto com “*um movimento de modernidade ligada à natureza*” ; o contacto pessoal com Paco Casares e, finalmente o contacto com a permacultura.

Em 2008 quando ACS vai até ao Brasil para participar num encontro de **permacultura**, já tinha feito um longo caminho, não apenas ao nível da sua própria consciencialização ecológica mas também das práticas na Herdade do Freixo do Meio: diversificação de atividades na exploração, optimização do sistema extensivo; conversão às raças autóctones; adesão ao modo de produção biológico, etc. A permacultura não veio revolucionar nada mas, de algum modo, veio ligar todos os elementos dispersos, integrando-os e projetando-os numa dimensão mais filosófica e existencial.

O percurso de vida de ACS, como qualquer percurso de vida, é único e não reproduzível. Contudo, a análise de alguns dos seus pontos essenciais, parece-me ter utilidade na tentativa de extrair um conjunto de hipóteses acerca de vectores que podem influenciar a disseminação deste tipo de modelo agrícola:

- **Idade do agricultor:** ACS iniciou a conversão para o modelo multifuncional com menos de 30 anos. A complexidade da gestão duma atividade multifuncional exige fôlego e energia: “ *um agricultor com mais de 40 anos, não consegue fazer isto*”. Esta questão remete-nos para o problema do envelhecimento do agricultor alentejano e para o problema da não renovação do acesso à terra.
- **Ligação do agricultor à exploração:** pela mesma razão atrás enunciada, a multifuncionalidade parece não se adaptar a um modelo de gestão à distância, uma situação bastante comum no Alentejo, em que o agricultor é um gestor agrícola desligado da vida diária da exploração.

- **Pressão económica sobre o agricultor:** ACS acredita só ter sido possível desenvolver este modelo, pela sua própria condição de desafogo. Não é realista esperar que um agricultor que depende da sua atividade para a subsistência imediata, não sucumba a um modelo produtivista, com um retorno mais rápido. Esta questão remete-nos, mais uma vez, para a importância de se aprofundarem os sistemas de remuneração do conjunto dos serviços ambientais prestados por este modelo, mais sustentável.

- **Formação do agricultor:** ACS é um agricultor com formação superior e este factor parece ser importante. A multifuncionalidade hoje, embora inspirada no modelo tradicional, é substancialmente diferente. Ela exige um conhecimento muito mais complexo que envolve não apenas o plano das práticas agrícolas mas também o plano do conhecimento de múltiplos mercados; novos tipo de procuras; sistemas de distribuição, relação com as instituições, etc.

- **Atitudes e valores do agricultor:** na análise do percurso de ACS há alguns valores que se salientam. O mais estruturador parece ser o valor da responsabilidade (não apenas social mas também ambiental, incluindo a responsabilidade para com as gerações vindouras). A responsabilidade não é um valor que possa ser ensinado nas escolas de formação agrária e depende de todo um contexto sociocultural, melhor ou pior integrado e disseminado por cada célula familiar. Dum ponto de vista sociológico, poder-se-á dizer que cada país terá os agricultores que merecer.

4.2. O desenvolvimento da Multifuncionalidade na Herdade do Freixo do Meio

4.2.1. Situação de partida (1990)

Quando ACS tomou a seu cargo a gestão da Herdade do Freixo do Meio, em 1990, esta encontrava-se em condições agro-ambientais degradadas “ *eu nunca vi um deserto aqui, mas isto não estava bem*”. Apesar desta herdade ter estado nas mãos de “ *uma das melhores cooperativas, a cooperativa Cravo Vermelho de Foros de Vale Figueira*” cujos dirigentes ACS considera “ *gente capaz e conscienciosa*” a pressão exercida sobre a terra deixou as suas marcas:

“o processo de intensificação e simplificação do montado, tinha sido começado antes da cooperativa, mas foi puxadíssimo com a cooperativa (...) não nos podemos esquecer que a seguir ao 25 de Abril a população destas terras aumenta 3 ou 4 vezes (...) Eles tinham uma pressão enorme para dar trabalho. O pior que podia acontecer a uma revolução era trazer fome, logo no dia a seguir (...) fizeram coisas maravilhosas com os meios que tinham. Temos de nos lembrar que estes homens foram deixados órfãos dum modelo”

Tal como acontecera em muitos outros locais do Alentejo, a revolução trouxe maquinaria pesada para construção de barragens e para a preparação das terras para a prática de culturas temporárias: “ *Era super-intensivo. Tomate, tabaco, para além do trigo, nessa altura eram os anos do trigo. Morreram dois homens intoxicados com químicos aqui nos Foros*”. A consequência foi, naturalmente, a degradação dos solos em consequência do esgotamento e da erosão.

No plano florestal, a situação não chegou ao extremo: “ *a cortiça e os produtos florestais eram do Estado. Eles tinham dificuldades, chegavam a ter duzentas e tal pessoas a trabalhar. Às vezes tinham mesmo de ir às árvores e tirar rendimento da madeira (...) aqui houve a sorte de haver gente capaz que controlou isso (...) havia liderança*”. Contudo, apesar do derrube de árvores ter sido controlado, a utilização super-intensiva do solo traduziu-se numa total ausência de árvores novas.

O efetivo pecuário estava reduzido a 3 rebanhos de 300 ovelhas, das quais se ocupavam 6 pastores porque não havia cercas na herdade.

O *monte* da Herdade do Freixo do Meio estava num estado decrépito e desolador, apenas habitado por alguns idosos, sem eletricidade, com a maior parte das infraestruturas em ruínas.

4.2.2. A Herdade do Freixo do Meio hoje

O panorama com que nos deparamos hoje, ao visitar a Herdade do Freixo do Meio, é completamente diferente daquele que ACS terá encontrado em 1990.

O *Monte* não é um daqueles montes de cartão postal que vemos em sites de Turismo Rural mas é algo de vivo e pleno de atividade. As infraestruturas foram recuperadas e estão habitadas. Vemos gente nova a trabalhar, vários de entre eles são neo-rurais; vemos crianças de bicicleta. Há um escritório, centro nevrálgico da herdade; a antiga escola foi transformada num espaço onde se fazem reuniões e ações de formação; a casa da professora serve de alojamento para visitantes; há um grande espaço multiusos que inclui a loja para venda dos produtos da herdade e que serve também de zona de refeições onde todos se reúnem para almoçar, se servem refeições aos visitantes e com eles se fazem tertúlias à volta da grande lareira; há um lagar a funcionar; há uma salsicharia e uma unidade de transformação de vegetais; uma unidade de secagem; e no meio de tudo isso há um lagoa de retenção da água inspirada nas técnicas da permacultura.

Se nos aventurarmos pelos caminhos da Herdade podemos encontrar uma grande diversidade de animais em pastoreio (porcos, vacas, cabras, ovelhas, perus, burros); uma grande horta; uma vinha nova; olival; campos de cereais de vários tipos, montado em repouso com o mato baixo a proteger a terra; vemos terras cultivadas mas vemos também manchas de biodiversidade. Vemos ainda um eco-camping com construções baseadas na permacultura e várias unidades de microgeração.

4.2.3. Cronologia da (re)construção da multifuncionalidade.

O nível de multifuncionalidade e complexificação na Herdade do Freixo do Meio é hoje, muito elevado, como resultado dum processo que decorreu ao longo de duas décadas, e continua em curso, acompanhando o próprio percurso de vida do seu

mentor, ACS, mas dependendo também da interação com todo um sistema de recursos internos e externos, dos quais ACS, destaca a importância da equipa:

“ A gestão da complexidade depende das equipas e da competência das equipas. Isto não é o Alfredo, são 18 pessoas. Nós temos aqui excelentes pessoas. São 20 anos, passou por aqui muita gente, ficaram os melhores, os mais adaptados”

Ao nível das estratégias, não existia um modelo à partida, estas foram-se construindo sobretudo através da aprendizagem que decorre da experiência concreta. No entanto, podemos verificar, hoje, que são cobertos os 3 eixos de desenvolvimento da multifuncionalidade. Em termos globais:

Década de 90: foi caracterizada sobretudo por estratégias de aprofundamento, isto é, formas de acrescentar valor ao nível das funções tradicionais da agricultura (produção de alimentos e matérias primas). As preocupações com as questões ambientais eram ainda embrionárias, a principal preocupação era diversificar e encontrar formas de diferenciar os produtos e melhorar a rentabilidade. Este período caracterizou-se também pelo forte envolvimento em associações locais, várias das quais ACS iniciou.

“nesta altura comecei a acreditar nas marcas e no diferencial que podem trazer. Entrei para Diretor da Acomor quando tinha 18 anos(...) peguei nos ovinos e fiz a marca “Borrego de Montemor-o-Novo” (...) conheci muita gente local nesta altura(...) levei a proposta do biológico para dentro da associação mas ninguém quis. Eu era o Presidente nessa altura. Resolvi avançar sozinho, fazer a minha própria marca”

1990- início da diversificação da produção

1993- Início da conversão para as raças autóctones / certificação de produtos

1994- Início transformação de alimentos (carnes)

1995- Início da venda direta

1997- Início da conversão ao modo de produção biológico

A década de 2000, ficou sobretudo marcada pelas estratégias de alargamento para novas funções para além da produção de alimentos e matérias primas (serviços

recreativo-pedagógicos ; serviços de conservação da natureza). O processo de diversificação da produção mantém-se, bem como a procura de alternativas ao nível da distribuição direta, contudo, talvez o aspecto mais marcante desta década seja a progressiva interferência das preocupações ambientais nas decisões de gestão. Esta tendência relaciona-se naturalmente com o percurso pessoal de ACS (atrás descrito) mas teve alguns catalisadores importantes como é o caso do relatório de sustentabilidade (A Herdade do Freixo do Meio foi a primeira empresa agrícola portuguesa a ter um relatório de sustentabilidade). Paralelamente assiste-se a uma colaboração cada vez mais estreita entre a Herdade do Freixo do Meio e as universidades, através de vários tipos de projetos de investigação aplicada.

Os últimos anos, são sobretudo marcados pelas estratégias de reposicionamento, em que se procura, a partir da base da exploração mas alargando os seus limites, encontrar novos caminhos para o desenvolvimento da multifuncionalidade. Existe a percepção de que a complexificação das atividades tem limites ditados pelas leis da eficiência económica, contudo não tem de ser necessariamente por elas travada:

“ a multifuncionalidade não tem de ser só o crescimento orgânico da própria empresa. Pode acontecer através de sistemas novos, a empresa pode criar condições para fazer a multifuncionalidade acontecer”

O projeto “viveiro” é um exemplo extremamente interessante da aplicação desta visão num modelo inteiramente novo, embora inspirado na lógica comunitária da permacultura.

Por outro lado, os últimos anos são marcados pela agudização da percepção dos problemas ambientais, nomeadamente ao nível da premência da descarbonização. A Herdade do Freixo do Meio tem contribuído, não só pelas tentativas de encurtar o ciclo de distribuição e otimizar processos, mas também através da procura de alternativas energéticas. A microgeração é um exemplo de um novo tipo de produto da Herdade (embora existam outras soluções para consumo interno, tais como a utilização de painéis solares e a reciclagem de óleos alimentares para utilização nos tratores).

Por fim, o evento “Festa da Primavera”, embora já tenha alguns anos, tem aumentado progressivamente a sua escala, envolvendo cada vez mais visitantes e parceiros, no plano local e nacional. A construção do mercado é um factor chave, sem o qual nenhuma atividade económica pode sobreviver. No caso concreto, esse processo é indissociável da consciencialização dos consumidores relativamente às questões ambientais e da segurança alimentar e do estabelecimento de relações de maior proximidade e confiança.

4.3. Análise das estratégias de (re)construção da multifuncionalidade.

Independentemente da sequência cronológica do início da sua aplicação, este sub-ponto visa analisar com um pouco mais de detalhe cada uma das diferentes estratégias que foram postas em prática e resultaram na situação atual.

4.3.1. Estratégias de aprofundamento

- **Diversificação da produção**

Relativamente às funções tradicionais da agricultura (produção de alimentos e matérias primas), a Herdade do Freixo do Meio foi progressivamente alargando a sua oferta, produzindo hoje um número muito elevado de produtos, em particular alimentos.

Alimentos: na produção de alimentos, tentam seguir-se os ciclos da natureza, alternando os tipos de produtos nas diferentes estações. Por essa razão muitos dos alimentos são produzidos em pequenas quantidades e são sazonais. Por outro lado, procura-se conseguir uma lógica de complementaridade e cooperação entre as diferentes espécies (nomeadamente entre animais e vegetais como, por exemplo, através da utilização do estrume para fertilizar as hortas). Existe, por outro lado, a preocupação em escolher espécies e variedades tradicionais da dieta mediterrânica, que se enquadram nas tradições alimentares da região. Procura-se *“restabelecer o verdadeiro lugar da alimentação como elo entre o homem e a natureza”* (www.Herdadedofreixodomeio.com)

A Herdade do Freixo do Meio produz uma oferta significativa de **vegetais** incluindo os cereais (como a aveia, trigo e, recentemente, o arroz); leguminosas (como o feijão, lentilhas, favas, grão); hortícolas (alface, acelgas, tomate, abóboras, courgetes, beringelas, pimentos, etc.); frutas (melões; melancias; morangos; azeitonas; pinhões; bolotas). São também colhidas e comercializadas algumas espécies silvestres, como os cogumelos, espargos, frutos e ervas silvestres

A produção de **carnes** na Herdade do Freixo é hoje muito diversificada, incluindo bovinos; ovinos; caprinos; porcos e perus.

Ao nível das **matérias primas**, a Herdade do Freixo do Meio produz cortiça; lenha (a partir das árvores secas); lã e peles de borrego e exporta para a Alemanha folhas de videira secas para a produção dum medicamento natural. Estas folhas não são ainda produzidas na Herdade, cuja vinha é recente, mas são lá secas e preparadas.

Muitos destes produtos são sujeitos a transformação e resultam num grande número de subprodutos. No total a Herdade do Freixo do Meio, comercializa cerca de 300 referências diferentes.

- **Modo de Produção biológico**

A totalidade da exploração iniciou o processo de conversão para o modo de produção biológico em 1997, encontrando-se oficialmente certificada a partir de 2001

A agricultura biológica é um modo de produção de animais e de vegetais que não emprega produtos químicos de síntese nem organismos geneticamente modificados e que visa minimizar a produção de impactos ambientais negativos na natureza e assegurar a sustentabilidade do ecossistema agrário. São geralmente reconhecidas à agricultura biológica múltiplas vantagens: reduz a quantidade de produtos químicos tóxicos na alimentação; reduz os riscos alimentares e promove a saúde; emprega métodos que reduzem o nível de azoto utilizado o que permite melhorar a qualidade dos aquíferos; melhora a qualidade do solo e cria habitats ecologicamente equilibrados;

(com base em www.herdadedofreixodomeio.com)

- **Optimização do modo de produção extensivo**

A pastorícia extensiva sempre fez parte das tradições da Herdade do Freixo do Meio, tal como acontece tipicamente no montado alentejano. No entanto, também aqui foram feitos progressos no sentido de aprofundar esse sistema e tornar a sua gestão mais rigorosa, nomeadamente ao nível do estabelecimento de cargas máximas de animais; gestão do sob-coberto; etc.

Os animais são criados em espaços abertos, com um nível de encabeçamento baixo: cada vaca dispõe de pelo menos 10 hectares de superfície forrageira; ovelhas e cabras pelo menos 2.5 ha; porcos pelo menos 3 hectares por porca reprodutora. Desta forma é possível otimizar o aproveitamento dos recursos da vegetação disponível; reduzir a dependência de rações provenientes do exterior e, simultaneamente, minimizar os impactos ambientais, nomeadamente ao nível do solo, das águas superficiais e dos lençóis freáticos.

(com base em www.herdadedofreixodomeio.com)

A Herdade do Freixo do Meio fez parte do grupo das primeiras 10 explorações-piloto que aderiram ao **Projeto Extensivity** e foi a primeira empresa agrícola em Portugal com um relatório de sustentabilidade.

O projeto Extensivity – Sistemas de Gestão Ambiental e Sustentabilidade na Agricultura Extensiva – foi um projeto coordenado em Portugal pelo Instituto Superior Técnico e financiado pela Comissão Europeia que abrangeu os anos de 2003-2008. O objectivo deste projeto foi otimizar o desempenho económico, social e ambiental das explorações agrícolas extensivas, através do apoio técnico aos agricultores (Sistema de Gestão de Sustentabilidade (SMS)).

(com base em: <http://consumidores.extensivity.pt>)

- **Raças Autóctones / Certificação de Produtos.**

Aposta-se na utilização de **raças autóctones**, pela sua maior capacidade de adaptação às condições locais; maior resistência às doenças e também como forma de contribuir para a biodiversidade e preservação dos recursos genéticos locais. É o caso dos bovinos de raça barrosã; porco preto alentejano; borrego merino; cabrito serpentino.

A Herdade do Freixo do Meio tem apostado na certificação de produtos. Foi pioneira na produção de **carne fresca biológica certificada** (desde 2002). Produz, no momento presente, três produtos certificados: o Borrego de Montemor-o-Novo IGP, a Vitela do Montado ETG e a Carne de Porco Raça Alentejana DOP. Neste momento está em curso o processo de **certificação da cortiça** que deverá ficar concluído em 2012. O seu principal objectivo é acrescentar valor ao produto, protegendo-o das flutuações de preços que caracterizam cada vez mais este sector.

- **Criação de cadeias de ciclo curto**

A **transformação dos produtos** na própria herdade iniciou-se com a carne mas tem vindo a alargar-se. Uma parte significativa dos produtos produzidos na Herdade do Freixo do Meio são processados na própria exploração: o azeite é produzido no lagar da herdade (a partir do qual é também produzido o sabão); na salsicharia, a carne é transformada em enchidos e charcutaria tradicional (linguiças; farinheiras, painho, presunto, fiambre etc.). No mesmo local é feito o corte e embalamento das carnes frescas (bifes; hambúrgueres supremos, espetadas, almôndegas, etc.) e a banha.

“nessa altura (1994) tinha-se perdido o norte a tudo o que era bom. Só havia produtos desvirtuados (...) peguei em duas mulheres e vamos fazer enchidos (...) disse-lhes: “faça como faz em casa”. Tivemos uma licença de venda direta e começamos por alugar uma pedra no mercado de Montemor. Correu bem”

Relativamente aos vegetais, existe uma unidade de transformação onde são lavados, cortados e embalados os diferentes produtos. Para além disso, vários deles são transformados em subprodutos como é o caso do tomate seco; conserva

tradicional de azeitona; massa de pimentão; pasta de azeitona; batatas fritas; biscoitos de bolota; pão de bolota; café de bolota; farinhas e farelos; sopas; etc.

Por outro lado, a Herdade do Freixo do Meio tem vindo a desenvolver sistemas de **distribuição dos produtos diretamente ao consumidor**. O atual sistema de distribuição dos produtos alimentares encontra-se cada vez mais concentrado nas grandes cadeias de hipermercados e supermercados. Este sistema, dificilmente se adapta ao perfil dos produtos provenientes da agricultura biológica e/ou diversificada na medida em que:

- É exigido um fluxo contínuo no abastecimento e um volume de produção elevado para satisfazer um sistema logístico também ele concentrado. Uma agricultura sazonal e diversificada dificilmente consegue corresponder a estes requisitos.

- Os produtos da agricultura biológica competem nesses pontos de venda com produtos importados e nacionais provenientes de sistemas produtivistas que não refletem no seu preço o custo das externalidades negativas. Tal situação é ainda agravada pelo facto da distribuição muitas vezes tratar os produtos da agricultura biológica/diversificada como “nichos de mercado” dirigidos a um consumidor diferenciado e onde pode praticar margens mais elevadas. As estratégias promocionais das próprias cadeias de distribuição (redução preço; visibilidade no ponto de venda, etc.) são concentradas nos produtos mais generalistas.

- As normas de qualidade / normalização praticadas nestas cadeias deixam de fora uma parte significativa dos produtos provenientes da agricultura biológica/ diversificada (20 a 30% segundo ACS).

Por todos estes motivos tornou-se necessário encontrar formas de distribuição alternativas que reduzissem a dependência das grandes cadeias de distribuição; e encurtassem a distância entre produção e consumo, com maior eficiência energética.

“Temos uma loja porque os modelos de comércio não estão ajustados à realidade da microprodução. (...). Estes produtos nascem em quantidades tão

pequenas que, enquanto eu ando num processo de negociação com uma loja biológica ou um hipermercado, o produto acabou»

“Gostaríamos que a alimentação biológica não fosse o privilégio de alguns e que fosse consumida essencialmente aqui, por razões de eficiência energética” (ACS – Entrevista Terra Alerta)

Assim, a Herdade do Freixo do Meio tem tentado encontrar sistemas de distribuição diretos. Alguns deles não têm sido bem sucedidos.

- Lojas em Montemor-o-Novo e Évora: acabaram por fechar porque o nível de vendas não comportava os custos.

- Vendas através da internet / entregas ao domicílio – Este modelo mostrou-se pouco viável particularmente devido ao facto da população portuguesa não ter ainda o hábito de fazer compras de bens alimentares através da internet. Por outro lado, o sistema tem uma logística muito complexa: *“ Precisava de um acompanhamento diário, ao nível dos preços, dos produtos. Precisava de uma pessoa exclusivamente dedicada àquilo por pouco movimento que tivesse”*

- Loja local em ponto de passagem (Foros de Vale Figueira junto à N114) Esta ideia deparou-se sobretudo com problemas de desajustamento relativamente à procura. As populações locais não são uma fatia importante da clientela, por múltiplas razões, uma das quais é a disponibilidade de produtos do mesmo tipo em hortas próprias. A clientela de passagem mostrou-se insuficiente para justificar a manutenção da loja.

No momento atual, são utilizadas duas formas de distribuição direta:

- Loja própria em Lisboa (Praça da Ribeira) – esta loja está aberta a tempo parcial porque se torna difícil comportar os custos da sua exploração.

- Loja na Herdade do Freixo do Meio. Este sistema tem a vantagem de ser flexível, ter um baixo custo e permitir um contacto direto do consumidor com a própria exploração que deste modo pode compreender melhor e valorizar mais os produtos que compra. No entanto, esta loja só por si não garante um volume de vendas significativo. A articulação com atividades de cariz mais recreativo-pedagógico são fundamentais para assegurar tráfego. Com o alargamento recente da oferta de atividades, as vendas nesta loja têm vindo a crescer substancialmente.

4.3.2. Estratégias de alargamento (novas funções a partir dos recursos da terra)

- **Atividades de recreio / lazer e educação ambiental**

Este tipo de atividades são uma extensão natural das funções base da herdade, na medida em que se enquadram na visão e objectivos de:

a) contribuir para a revitalização do mundo rural e valorização das tradições agrárias. Promover o contacto da população urbana com o mundo rural;

b) contribuir para o desenvolvimento da consciência ambiental através do contacto com o património natural da herdade e com práticas sustentáveis. Em particular, existe a preocupação em oferecer atividades para as crianças porque se acredita que o seu imaginário está cada vez mais desligado da natureza e que é importante proporcionar-lhes oportunidades de contacto direto. *“No futuro serão as crianças a cuidar deste planeta e só cuidamos das coisas que conhecemos e gostamos”*;

c) contribuir para a viabilidade económica da exploração, por via indireta, através da construção da notoriedade e imagem da marca *Herdade do Freixo do Meio*, mas também por via direta, pelas vendas na loja da Herdade.

A construção da oferta desenvolve-se, assim, com base nesses 3 objectivos e inclui:

- **Visitas:** dirigem-se a particulares (individualmente ou em grupos organizados) e a escolas. As visitas podem ser guiadas e os percursos estão marcados com sinalética própria e têm pontos de interesse referenciados: zambujeiro velho (árvore classificada); raças autóctones; cães-pastor; lagar de azeite; construções em permacultura; moinhos de água; salsicharia; horta biológica e unidade de transformação dos vegetais; sistema de compostagem; etc.

- **Percursos temáticos.** Têm sido organizados percursos temáticos em parceria com organizações tais como a Quercus e a Slow Food Alentejo, sobre vários temas. Neste momento, está em curso um ciclo com periodicidade mensal. O 1º

destes percursos foi subordinado ao tema “a bolota, os cereais e o pão” e o 2º teve como tema “os olivais, a azeitona e o azeite, a conserva e o sabão”.

- **Eco-camping.** Trata-se dum espaço em pleno montado, junto a uma barragem, em que se utilizaram processos inspirados na permacultura para criar um conjunto de infraestruturas de apoio com o mínimo impacto ambiental. Na sua construção, recorreu-se à participação de grupos escolares, incorporando assim a componente pedagógica. Alguns exemplos destas infraestruturas são: a cozinha comunitária construída em terra; o frigorífico natural feito em palha com cobertura de cal que no verão é cheio de gelo e que, pelas excelentes propriedades isolantes da construção, permite uma refrigeração bastante eficiente; os duches com aquecimento exclusivamente solar; as casas de banho secas, em que a água não intervém e os dejectos são recuperados, após um período de tratamento, para a produção de fertilizantes.

“O problema de usarmos água no autoclismo é que não resolvemos o problema, afastamo-lo. Os nossos dejectos fazem parte do ciclo da fertilidade e, desde que devidamente tratados podem e devem integrar o solo vivo. A casa de banho seca faz essa retoma dos nossos dejectos na fertilidade da terra”(ACS, 2010)

O eco-camping serve essencialmente para receber grupos e é a base de várias atividades, como é o caso da mais recente atividade programada: *Eco-camping de Férias no Freixo.*

“Desenvolvemos um programa de férias para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, que consiste em realizar diversas atividades em contacto com a natureza, mostrando-lhes como é possível o Homem viver em simbiose e harmonia com o planeta, apresentando-lhes de forma lúdica o funcionamento das técnicas de sustentabilidade aplicadas na Herdade do Freixo do Meio”

(apresentação do programa – Facebook)

- **Serviço de Refeições:** trata-se de refeições produzidas à base dos produtos da herdade e seguindo receitas locais tradicionais. Uma das receitas mais utilizadas é o cozido feito em panela de barro e em lume de chão que recria uma velha tradição local (as trabalhadoras agrícolas traziam a panela de barro e os ingredientes de casa e uma delas, rotativamente, tinha a tarefa de fazer o fogo e vigiar as panelas)

O serviço de refeições tem duas funções principais: a) apoiar as atividades pedagógicas e de lazer, criando uma razão adicional para visitar a herdade: “ *as pessoas hoje em dia estão muito focadas no consumo e há pessoas que vêm ao Freixo sobretudo pelo almoço*” e b) contribuir para o escoamento da produção e para a sustentabilidade económica da herdade encurtando ao máximo a distância entre produção e consumo.

- **Serviços ambientais**

A preocupação com a sustentabilidade ambiental é transversal nas decisões de gestão na Herdade do Freixo do Meio e traduz-se em múltiplas escolhas fundamentais como a opção pelo sistema extensivo; modo de produção biológico; raças autóctones.

Alguns destes serviços ambientais são parcialmente remunerados pela PAC que oferece majorações para o modo de produção biológico e manutenção das raças autóctones. O sequestro de carbono, através das pastagens biodiversas, é apoiado pelo Fundo Português de Carbono através do projeto Terraprima (atrás definido)

4.3.3. Estratégias de reposicionamento (novas funções com mobilização de novos tipos de recursos)

- **Produção de energia**

Existe a preocupação em participar no esforço de produção de novas formas de energia mais sustentáveis. Três medidas concretas são a **microgeração** (existem na Herdade do Freixo do Meio três unidades de microgeração que abastecem a rede pública); **painéis solares** para consumo próprio e **reciclagem de óleos alimentares** para utilização nos tratores da Herdade, envolvendo escolas do concelho. Os alunos são incentivados a recolher em suas casas os óleos usados e, em contrapartida, a Herdade do Freixo do Meio, oferece refeições escolares. Por outro lado, continua-se à procura de novas formas de eficiência energética. Um dos projetos em curso é o aproveitamento da banha de porco para produção de combustível.

- **Produção de eventos (Festa da Primavera)**

A produção de eventos na Herdade do Freixo do Meio tem basicamente os mesmos objectivos dos serviços recreativos/de lazer/ educação ambiental atrás descritos. Contudo implica uma mobilização de novos recursos, externos, significativamente maior e por isso é incluída nas estratégias de reposicionamento.

A *festa da Primavera* é um evento anual, realizado em Abril, que teve até à data seis edições e que se pretende manter. Esta festa procura ser “*uma celebração do mundo rural*”, trazendo a população urbana até ao campo (em 2011, apesar da chuva, ultrapassou largamente um milhar de visitantes) e envolvendo simultaneamente as populações locais. O programa é diversificado, mobilizando os recursos da própria Herdade (visitas; percursos; serviço de refeições) e significativos recursos externos, como sejam (com base no programa de 2011): campeonato internacional de cães pastor; concurso de tosquiadores; rancho folclórico local; espetáculo teatral; percursos acompanhados pela Quercus / Slow Food; lançamento de livro; mercado de artesanato e produtos regionais (pelos próprios artesãos, em bancas disponibilizadas para o efeito).

- **Projeto de integração de novos projetos “viveiro”**

O projeto “viveiro” é a mais recente iniciativa na Herdade do Freixo do Meio. De certo modo, está ainda a dar os primeiros passos e pretende-se vir a consolidá-lo no futuro.

O principio é dar oportunidade a pessoas, das mais diversas proveniências, para desenvolverem o seu próprio projeto na Herdade do Freixo do Meio. Os projetos têm obrigatoriamente de: a) respeitar os princípios por que se pauta a atividade na herdade, nomeadamente ao nível do modo de produção biológico e do respeito pelas regras e práticas instituídas e; b) ser complementares relativamente às atividades já existentes.

Neste momento existem oito projetos autónomos na Herdade do Freixo do Meio, incluindo a instalação e exploração dum pomar; produção de ovos e frangos; produção de ervas aromáticas; pastoreio de cabras e produção de queijo; atelier de artesanato; refeições pré-cozinhadas; apicultura; espaço lúdico-educativo “*Cabana dos sonhos*”.

O que se pretende é conseguir um modelo em que ambas as partes sejam ganhadoras. Para os **aderentes** representa a oportunidade de:

a) realizar um projeto que de outro modo provavelmente nunca chegariam a concretizar por não disporem dos meios necessários. A maior parte são neo-rurais e não dispõem de terra;

b) residir no local se assim o quiserem, participando apenas nas despesas (vários de entre eles vieram em casal, alguns têm filhos);

c) beneficiar das sinergias com as atividades da herdade sejam elas: acesso fácil a matérias primas (para as refeições pré-cozinhadas); apoio no escoamento dos produtos através das lojas de venda direta; proximidade com um público-alvo que se desloca à herdade (artesanato; “cabana dos sonhos”);

d) ter apoio em termos técnicos mas também humanos. Pretende-se criar um espírito comunitário (nomeadamente através do almoço semanal integrando os trabalhadores da herdade e os novos ocupantes, mas também fomentando o espírito de entreajuda)

Por outro lado, para a **Herdade do Freixo do Meio**, este projeto permite:

a) Expandir o modelo de multifuncionalidade sem aumentar complexidade na gestão: *“Eu já superei o limite de complexificação da atividade (...) eu não consigo fazer mas porque é que não se há de fazer. Porque não hão de ser outros. Isto faz-se com uma reviravolta, pequenas comunidades(...) esta abordagem é possível”*

b) Expandir o modelo de multifuncionalidade com risco controlado: existe a preocupação em apoiar projetos que se consideram viáveis e que tenham futuro mas a responsabilidade é inteiramente do próprio. O tipo de contrato que se estabelece (comodato) garante a manutenção da total posse da terra e a possibilidade de

cancelamento em caso de incumprimento das regras. Por outro lado, a lógica é a de “custo zero”, isto é, os aderentes pagam as suas próprias despesas (eletricidade, manutenção dos espaços que ocupam).

c) Obter sinergias com as atividades próprias, nomeadamente, pela contribuição para o escoamento dos produtos da herdade (refeições pré-cozinhadas); melhoria do sortido das lojas de venda direta; e criação de novos pontos de interesse para atrair visitantes.

d) Reabilitar infraestruturas abandonadas, que passam a ter novos ocupantes que as mantêm.

4.4. A sustentabilidade da Herdade do Freixo do Meio

Pretende-se neste sub-ponto fazer uma breve análise da atividade do Freixo do Meio em termos da sua sustentabilidade: no plano ambiental; no plano do desenvolvimento rural e no plano económico.

4.4.1 Sustentabilidade ambiental

Embora, em termos macro, existam ameaças à sustentabilidade no montado alentejano, uma região de solos pobres e clima seco, particularmente vulnerável ao aquecimento global e aos riscos de desertificação, no plano da exploração, a sustentabilidade ambiental é uma prioridade que se traduz transversalmente nas decisões de gestão (extensividade; modo de produção biológico; raças autóctones; produção diversificada; produção de energia limpa; sequestro de carbono, gestão equilibrada de habitats, etc.) e que tem resultados concretos ao nível da retenção da água, qualidade dos solos e dos recursos florestais. A biodiversidade é o resultado do equilíbrio do ecossistema:

“O mosaico constituído por zonas de montado mais denso, zonas abertas de produção de cereais, zonas de matos e sem matos, áreas de afloramentos rochosos, linhas de águas e matas ripícolas, áreas de carvalhais nos solos de aluvião e outras conforme o território se propicie, é ideal para que diferentes espécies se instalem fazendo uso dos diferentes habitats disponíveis. Desta forma podem identificar-se, na

herdade, os imponentes grifos que, em bandos que frequentemente chegam aos 30 e tais elementos, propiciam um eficaz e rápido serviço de limpeza do ecossistema. Mas também podemos encontrar guarda-rios, o fugidio rolieiro ou o gato-bravo (sobretudo durante as incursões noturnas), delicadas orquídeas de diferentes espécies, fungos e cogumelos e um vasto elenco de espécies próprio de um ecossistema equilibrado e cheio de vida”.

Fonte: www.herdadedofreixodomeio.com

4.4.2. Sustentabilidade ao nível do desenvolvimento rural

Pretende-se aqui analisar os contributos desta exploração ao nível do desenvolvimento rural, através dos seus outputs socioeconómicos e culturais

- **Emprego, formação, cultura organizacional**

O modelo multifuncional , pela diversidade e complexidade e por recriar sistemas tradicionais de produção menos intensivos em energia e mais intensivos em mão de obra, traduz-se em criação de emprego: na Herdade do Freixo do Meio trabalham hoje 18 pessoas. Este facto é particularmente relevante tratando-se de uma região fortemente deprimida em termos económicos e sociais. A relação entre área da exploração vs. número de empregos gerados é extremamente favorável e dificilmente igualada em outras herdades de montado alentejano.

Para além disso, a Herdade do Freixo do Meio acolhe em permanência voluntários e estagiários de várias áreas contribuindo para a sua formação e inserção no mercado de trabalho e, simultaneamente, contribuindo para trazer mais *conhecimento* e novas influências para o mundo rural. A própria cultura organizacional da Herdade do Freixo do Meio é, segundo Ana Luísa Janeira (ALJ), um exemplo de abertura ao exterior e permeabilidade à mudança:

“tem sido valiosa a capacidade que os funcionários têm tido para integrar as mudanças. Como é que este grupo de pessoas que eu vejo aqui a transpirar, aceitam uma pessoa que está aqui para pensar (...) estão habituadas a esta abertura. E não é

uma abertura das 8 às 6. É gente que vem e pernoita; vive aqui. Isto é duma complexidade...”

- **Revitalização sociocultural**

A Herdade do Freixo do Meio procura preservar e valorizar o património local (arquitectónico, gastronómico, paisagístico) e traduzi-lo num conjunto de ofertas recreativo-pedagógicas em que são envolvidos parceiros locais, como é o caso da *Festa da Primavera*. Promove a aproximação da população urbana mas sem perder de vista a população local, numa lógica integradora.

- **Integração de novos rurais**

O projeto “Viveiro”, embora neste momento apenas abranja 8 projetos, é de certo modo experimental e pode traduzir-se num novo modelo disseminável por outras explorações. Numa região em que a posse da propriedade está cada vez mais concentrada e a idade média dos agricultores continua a subir, encontrar um modelo viável que traga “*sangue novo*”, poderá vir a ser um contributo muito valioso para o desenvolvimento da região.

“aqueles casais, os novos rurais que estão lá, vêm ocupar espaços que existiam na estrutura tradicional orgânica mas vêm com outra história, com outra formação intelectual. Eu penso que isto é muito interessante. É apaixonante do ponto de vista das ciências sociais e humanas(...) perceber como é que uma sociedade agrícola evolui para algo do tipo comunitário” (A L J)

- **Relação com pares**

O associativismo é reconhecidamente uma área em que existem défices importantes na agricultura portuguesa. ACS tem feito um esforço no sentido de desenvolver o associativismo, integrando-se em associações existentes e, sobretudo, contribuindo para novas redes associativas, ao nível local (Apormor, Acomor, etc.); nacional (como por exemplo a Interbio) e mesmo Internacional (criação de uma rede

de agricultores multifuncionais) : “ já nem me lembro bem quantas associações criei, acho que foram umas dez”.

O associativismo é especialmente importante num modelo de exploração multifuncional que inclua a microprodução e, particularmente em modo de produção biológico, na medida em que a) potencia a integração e exploração de sinergias no desenvolvimento de mercados emergentes e b) permite exercer pressão no plano político e institucional.

Por outro lado, ao envolver-se em redes associativas, a Herdade do Freixo do Meio pode contribuir para a disseminação do modelo da multifuncionalidade no Alentejo. ACS iniciou em 2009 um grupo de trabalho (CRIE Montado) que reúne mensalmente agricultores sobretudo da zona de Montemor-o-Novo mas também de outras zonas do Alentejo que estão a desenvolver, ou pretendem vir a desenvolver, estratégias de diversificação das suas atividades. O objectivo do grupo é precisamente, partilhar experiências e conhecimentos, numa lógica de entreaajuda, com vista à disseminação do modelo multifuncional no montado.

- **Apoio à Investigação Aplicada**

A Herdade do Freixo do Meio tem colaborado com várias universidades em estágios e no desenvolvimento de projetos de investigação aplicada, mais uma vez, numa lógica em que ambas as partes são ganhadoras. Essa ligação tem gerado múltiplos projetos relacionados com o montado e mais especificamente com a Herdade do Freixo do Meio, em diferentes áreas (ciências agrárias; ecologia; geografia; arquitetura, informática etc.).

“ os universitários em determinada altura começaram a sentir que os trabalhos que realizavam estavam muito confinados ao mundo académico e não criavam verdadeiras perspectivas de inserção (...) houve capacidade da parte do Freixo de interagir connosco, o que teve a ver com a própria necessidade que foi sentida pelo Freixo de que não podiam continuar a desenvolver uma forma de estar responsável no mundo rural, sem essa ligação à universidade. Por outro lado, nós podíamos prestar

serviços que num contexto de trocas, não acarretariam despesas(...) consegui reunir um grupo de voluntários de várias universidades” (ALJ).

“ Os alunos sentiam-se muito compensados. Toda a gente sentia que estava a lucrar. Vinham cá, ficavam cá aos fins de semana (...) na minha última aula convidei o Alfredo e disse-lhes: vão conhecer um empresário único” (ALJ)

Ana Luísa Janeira conseguiu reunir um grupo de trabalho voluntário, interdisciplinar, que para além de desenvolver projetos específicos, se reunia mensalmente com a Herdade do Freixo do Meio para refletir sobre todo o tipo de questões ligadas ao montado e a esta herdade em particular. (www.naturameio.wordpress.com).

4.4.3. Sustentabilidade económica

É a este nível que se situam os grandes desafios do modelo de multifuncionalidade desenvolvido na Herdade do Freixo do Meio. A exploração enfrenta dificuldades no seu equilíbrio financeiro, algumas das quais resultam de idiosincrasias internas, outras, contudo, são de carácter externo, mais ou menos estrutural.

- **Mercados**

Pela diversidade dos produtos e serviços fornecidos pela Herdade do Freixo do Meio, torna-se difícil fazer uma análise detalhada de todos os mercados nos quais opera. Em termos globais, contudo, a conjuntura dos mercados não se apresenta favorável.

Relativamente ao mercado dos **produtos biológicos**, apesar de Portugal ter 6% da área agrícola convertida ao Modo de Produção Biológico (IFOAM 2008), a maior parte desta área é utilizada em pastagens para gado. Não restam dúvidas de que se trata dum mercado de pequeníssima dimensão, embora faltem informações mais precisas, nomeadamente, em relação às tendências evolutivas do consumo, particularmente no contexto da crise económica que se vive no país. A percepção de ACS, atendendo à sua própria experiência nas lojas é a de que a) a penetração nos

lares portugueses tem vindo a aumentar, isto é, há cada vez mais consumidores a comprar produtos biológicos mas b) o consumo per capita baixou, ou seja, perante a crise económica o peso dos produtos biológicos no total das compras é cada vez menor.

Por outro lado, ao nível da procura de **atividades de lazer em espaço rural**, verifica-se que, embora em termos estruturais, as tendências de evolução sócio cultural, apontem para o aumento da procura deste tipo de serviços, no curto prazo, o turismo no Alentejo não tem estado a crescer, sobretudo devido à dependência do turismo interno, afectado pela crise.

Estas tendências dos mercados, não sendo determinantes na medida em que na Herdade do Freixo do Meio tem sido feito um esforço para diferenciar e acrescentar valor aos seus produtos e serviços, não deixam de colocar uma pressão acrescida sobre a sua atividade. Sem mercados de suporte suficientemente amadurecidos, que valorizem as questões da sustentabilidade ambiental e da segurança alimentar, a rentabilidade das explorações multifuncionais permanecerá frágil. Daí a importância do esforço que tem sido feito na Herdade do Freixo do Meio no sentido de promover a consciencialização dos consumidores e a construção dos próprios mercados.

- **Serviços ambientais**

Embora a PAC apoie incentive financeiramente alguns serviços ambientais, o nível de remuneração não cobre os custos acrescidos duma agricultura ambientalmente sustentável.

- **Sistemas de Distribuição:**

A distribuição é sem dúvida outra das grandes dificuldades na opção por uma agricultura diversificada em modo de produção biológico. Conforme explicitado anteriormente, a falta de adaptação dos sistemas de distribuição moderna, cada vez mais concentrados, conduzem à necessidade de criar sistemas de distribuição direta

que complexificam fortemente a gestão da exploração e, por outro lado, exercem pressão financeira, na medida em que envolvem custos de funcionamento elevados.

Por outro lado, apesar dos esforços desenvolvidos, a fraca cultura associativa envolvente não produziu ainda resultados significativos, na criação de sistemas conjuntos de distribuição alternativa que sejam viáveis.

- **O custo da complexidade**

A complexidade é nos modelos económicos clássicos um factor a reduzir, não a promover. *“Há um perigo de dispersão. Modelos de gestão que dominem a dispersão são difíceis de encontrar”*. No atual contexto económico, a complexidade/diversidade gera problemas de escala de produção, de massa crítica, que para serem contornados, podem criar ainda mais complexidade e dispersão. Por outro lado, a complexidade gera emprego mas gera também custos fixos acrescidos. Consciente desta realidade, a estratégia de ACS tem sido no sentido de otimizar processos, tornar a equipa cada vez mais polivalente; integrar trabalho voluntário e, através do projeto “viveiro”, entregar a terceiros a gestão integral de alguns projetos. A multifuncionalidade parece implicar, portanto, repensar e inovar ao nível de muitas das estratégias económicas instituídas na agricultura.

- **Idiosincrasias... ou talvez não.**

Segundo ACS a situação económica e financeira da empresa tende para o equilíbrio, apesar das dificuldades estruturais e conjunturais da atividade. Na sua análise, a situação de equilíbrio só não foi já atingida devido a algumas particularidades internas, nomeadamente pelo facto das unidades de transformação terem sido sobredimensionadas porque se partiu do princípio que seriam utilizadas por outras herdades da família. Por outro lado, existe na família a política de separar as receitas da cortiça da restante atividade da exploração, o que conduziu à necessidade de recorrer a empréstimos bancários para financiar o investimento na multifuncionalidade: *“ se tivéssemos pegado nos produtos desta herdade e reinvestido*

aqui, a coisa era tranquila. Mas não fizemos isso. Gastamos noutros sítios e fomos buscar ao banco”.

Segundo ACS, este último aspecto não é, contudo, apenas uma idiossincrasia das políticas de gestão da sua família “ *a gestão da maior parte das pessoas é ter um custo fixo mínimo, ter uma gestão em que os rendimentos correntes o paguem e depois, quando chegam os rendimentos florestais encaixam-nos direto. Isto é a gestão clássica.*”

Esta questão remete-nos, mais uma vez, para a incompatibilidade entre uma agricultura sustentável e a perspectiva económica convencional. A fragmentação dos produtos e serviços em centros económicos autónomos conduz necessariamente ao aniquilamento de alguns deles que não sejam, nesta fase, suficientemente remunerados pelos mercados ou pelos apoios da PAC. Contudo, a exploração, enquanto todo orgânico integrado, enquanto ecossistema agrário, ficará necessariamente comprometida na sua capacidade de prover os mesmos produtos e serviços, no futuro. As conclusões de Sudhkeu, anteriormente apresentadas, no plano global da gestão dos ecossistemas, verificam-se na escala micro da exploração. Para ACS trata-se duma questão de responsabilidade.

“Isso é uma gestão que para mim pode dar, mas não para os meus filhos nem para as gerações futuras (...)Eu sou contra regras e leis, mas devia ser obrigatório reinvestir na exploração os rendimentos da exploração. A terra é toda a envolvente dum país. (...)”

5. Conclusões

Tendo por base, o quadro teórico do Millennium Ecosystem Assessment sobre os serviços dos ecossistemas, podemos concluir que a Herdade do Freixo do Meio, em larga medida, respeita e valoriza o conjunto integrado dos serviços que o ecossistema montado proporciona às comunidades humanas que dele dependem e que se traduzem em bem estar humano.

- **Serviços de suporte e regulação** (proteção do solo, da água e da biodiversidade; regulação do clima: através da opção por sistemas extensivos; modo de produção biológico; opção pelas raças autóctones; sequestro de carbono; produção de energias limpas);
- **serviços de produção** (grande variedade de alimentos sazonais; matérias primas)
- **serviços socioculturais** (manutenção da paisagem tradicional e da identidade local; serviços pedagógicos; serviços recreativos; serviços de integração).

Por outro lado, interessa perceber até que ponto a Herdade do Freixo do Meio é o produto de um conjunto de circunstâncias muito particulares altamente improváveis de se repetir; ou se a Herdade do Freixo do Meio poderá constituir um modelo de aplicação da agricultura multifuncional, dinâmico e adaptável certamente, mas que contribua para encontrar novos caminhos no desenvolvimento da agricultura multifuncional no montado.

Parece-nos evidente que o trabalho que tem sido desenvolvido na Herdade do Freixo do Meio está indissociavelmente ligado à figura de ACS e a todo um conjunto de circunstâncias muito particulares, associadas ao seu percurso de vida mas também ao seu contexto familiar, economicamente desafogado, intelectualmente estimulante e em que foi fortemente transmitido o valor da responsabilidade. Apesar de ACS enfatizar o papel da equipa e ser notoriamente alguém que valoriza as equipas e funciona bem em equipas, fica a impressão de que a Herdade do Freixo do Meio, enquanto organização, está feita à medida de ACS, da sua visão estruturada e estruturante.

Por outro lado, fica-se com a impressão de que a agricultura que é praticada na Herdade do Freixo do Meio, em muitos aspectos, no contexto português, está à frente do seu tempo. Os mercados não estão suficientemente amadurecidos, quer ao nível do consumo quer ao nível dos serviços ambientais; os sistemas de distribuição não estão adaptados; a falta de cultura associativa cria muitas vezes a necessidade de avançar sozinho; a cultura empresarial envolvente desvaloriza alguém que não veja a rentabilidade económica como o único princípio orientador. *“Para muita gente, o Alfredo é um lunático rico, que pode dar-se ao luxo de perder dinheiro” (A L J)*

Contudo, parece indiscutível que fazem falta novos modelos que abram caminhos para a renovação da agricultura no Alentejo; na busca de modelos de produção mais sustentáveis e que venham, não apenas dar resposta a novos tipos de procura, mas contribuir ativamente para o desenvolvimento de novos padrões de consumo mais conscientes e sustentáveis.

“ na história sempre houve pessoas que se aproveitaram da sua situação privilegiada para fazer mudanças que só eles podiam fazer, apontar o caminho. É bom que haja pessoas com condições para fazer isto. Ele aproveitou-se de uma situação para defender uma causa muito interessante” (A L J).

Por outro lado, embora não sejam alheios ao próprio capital social de ACS, há sinais de abertura da sociedade portuguesa: ACS foi considerado em 2011 pelo Expresso um dos 100 portugueses mais influentes; os convites para falar em universidades, dar entrevistas para a televisão, etc., têm-se multiplicado nos últimos tempos. Serão estes sinais reais de mudança?

“ O importante é que existe isto. O exemplo de que é possível, é muito importante. Se é reprodutível ou não... mesmo que não seja, não perde o valor. O facto de existir vale por si. (A L J)

Referências Bibliográficas

- AFN- Autoridade Florestal Nacional (2011)- Observatório para as fileiras Florestais. Consultado em: <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/fileiras/resource/docs/relatorio-de-sintese-28-nov> (a 2/2/2012)
- APA (2008). *REA 2007 - Relatório do Estado do Ambiente*. Lisboa: APA.
- Barata, M. (2010). Paisagem rural - Projectos de Turismo em espaço rural alentejano (tese mestrado). ISA.
- Barret, G. (1992). Landscape ecology: designing sustainable agricultural landscapes. *Journal of Sustainable Agriculture* , pp. 83-104.
- Bastos, M. (2008). *A caça através do tempo em Portugal: das origens aos finais do séc XX*. Pluridoc.
- Borrvalho, R., Barreto, A., & Silva, L. (1999). *Avaliação financeira da actividade cinegética em montado*. Pluridoc.
- Bugalho; Pereira; Caldeira. (2008). *Do sobreiro à cortiça: um sistema sustentável*. Obtido de APCOR:
http://www.amorim.com/xms/files/CorticeiraAmorim/Noticias/Do_Sobreiro_a_cortiça_um_sistema_sustentavel.pdf obtido em 3/2/2012
- Carvalho, L. (2007). *Estudos de etnobotânica e botânica económica no Alentejo (tese doutoramento)*. Faculdade Ciências e Tecnologia de Coimbra. Consultado a 10/1/2012 em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/2078>
- Carvalho, Lucas, & Henriques. (2004). *A Multifuncionalidade na agricultura e as suas valências*. Obtido em (http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema1/L_Carvalho.pdf.) a 5-2-2012
- Castro, S. (2009). *Micoturismo - enquadramento estratégico em áreas protegidas (Tese Mestrado)*. Instituto Superior de Agronomia / Universidade Évora.
- Coelho, I., & Reis, P. (2008/2009). Pastoralismo mediterrâneo: competitividade, sustentabilidade dos territórios e diversificação da economia rural. *Pastagens e Forragens (vol 29/30)* , pp. P99-117.
- Cork Information Bureau (2010), A Cortiça em números- consultado em 13/1/2012 em <http://www.apcor.pt/userfiles/File/Estatisticas%20Sector%20da%20Cortica%202009.pdf>
- Correia, T. P. (2011a) - O montado multifuncional - como é valorizado. *Apresentação Feira Portel*. Consultado em 1/3/2012 em: <http://dspace.uevora.pt>
- Correia T.P. (2011b) - Sobre o abandono rural em Portugal: Potenciais das amenidades das paisagens rurais no NE alentejano. Apresentação no seminário ibérico “Casos de sucesso no combate à desertificação” consultado a 5/3/2012 em: <http://dspace.uevora.pt>
- Correia, T. P., & Surová, D. (2011). Multifuncionalidade na paisagem do montado. *Projecto AgroReg* . EPM / ICAM / Universidade de Évora. consultado a 2/3/2012 em: <http://dspace.uevora.pt>

- Correia, T.P. , & Vos, W. (2004). Multifunctionality in Mediterranean Landscapes: past and future. In R. Jongman, *The new dimensions of european landscape* (pp. 135-164). Netherlands: Springer.
- DeVries, B. (2000). *Multifunctional Agriculture in the International Context: A Review*. The Land Stewardship Project.
- Dias, A. (2008). *Caracterização de duas explorações de raça bovina Alentejana produtoras de Carnalentejana DOP (tese mestrado)*. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Medicina Veterinária.
- Durand, G. H. (2003). *Multifunctional Agriculture: a new paradigm for European Agriculture and Rural development*. Burlington: Ashgate Publishing Limited.
- Feio, M. (1998). *A evolução da agricultura do Alentejo Meridional*. Lisboa: Colibri.
- Fernandes, L., Freitas, B., & d'Abreu, M. C. (Jan/Mar de 2008). Evolução dos sistemas de produção de porco alentejano e efeitos no aumento de preço dos alimentos compostos na viabilidade económica da actividade. *Revista de suinicultura* , pp. 54-63.
- Ferreira, D. D. (2001). Evolução da Paisagem de Montado no Alentejo Interior ao Longo do Séc XX - Dinâmica e Incidências Ambientais. *Finisterra(nº72)* , pp. 179-193.
- Ferreira, D. D. (1992). Problemas Florestais no Alentejo: a crise do montado e a eucaliptização . *Finisterra (53-54)* , pp. 25-62.
- Fonseca, A. (2004). *O Montado no Alentejo (séc XV a XVIII)*. Edições Colibri.
- IFAP. (2012). *Regime do Pagamento Único*. consultado em 26/2/2012 em http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_ajudas/GC_rpu_R.
- International Federation of Organic Agriculture Movements,(IFOAM), (2008) The world of organic agriculture – statistics and emerging trends, consultado em Janeiro 2010 em HYPERLINK <http://www.ifoam.org/> <http://www.ifoam.org/>
- INE. (2010). *Recenseamento Agrícola 2009 - Dados Preliminares*. Lisboa: INE.
- INE (2011) Índice sintético de desenvolvimento regional 2008. Consultado em www.ine.pt
- Jesus, L., Kastenholz, E., & Figueiredo, E. (2008). A oferta de turismo no espaço rural. *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais*. Coimbra.
- Lima-Santos, J. (2009). A Crise do ambiente e o futuro da agricultura. *O ambiente na encruzilhada*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MADRP. (2010). *Programa Apícola Nacional - Triénio 2011-2013*.
- Margarido, A. ; Almeida, M. ; Alves, R. (2006) Análise custo-benefício: estudo de avaliação económica do montado. Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, FCT – UNL.
- Marques, G. (2005). Cogumelos silvestres comestíveis: problemática actual e medidas para o aproveitamento sustentável. *V Congresso Florestal Nacional*. Viseu.
- Mendes, A. (2002). *A economia do sector da cortiça em Portugal*. Universidade Católica.

- Millennium-Ecosystem-Assessment. (2003). *Ecosystemas e Bem Estar Humano- Estrutura para uma avaliação*. Consultado em: http://www.ecosistemas.org/ficheiros/livro/Capitulo_1.pdf
- Millennium-Ecosystem-Assessment. (2009). *Ecosystemas e Bem Estar Humano - Avaliação para Portugal*. Lisboa: Escolar Editora.
- Moreira, C. R. (1995). *Análise Técnico-económica de Sistemas de Defesa do Montado*. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia.
- Nunes, J. D., Gazarini, L. e Madeira, M. *Diversidade funcional em sistemas de montado: fluxo de nutrientes em Quercus rotundifolia Lam.*. Rev. de Ciências Agrárias, jan. 2007, vol.30, no.1, p.235-250. ISSN 0871-018X.
- Pereira, P.; Fonseca, M. (2003) *Nature versus nurture: the making of the montado ecosystem*" Consultado a 5/2/2012 em <http://www.ecologyandsociety.org/vol7/iss3/art7/>
- Potes, J. M. (2011). *O Montado no Portugal mediterrânico*. Lisboa: Colibri.
- Ruivo, P. (2007). Amenidades rurais - que contributo. *Actas do III congresso de estudos rurais*. Faro: Univ Algarve.
- Sousa, E., Santos, M., Varela, M., & Henriques, J. (2007). *Perda de vigor dos montados de sobre e azinho - Análise da Situação e Perspectivas*. Direcção Geral dos Recursos Florestais, MADRP.
- Sukhdev, P. (2008). *TEEB- The economics of ecosystems & Biodiversity* . Cambridge, UK: European Communities.
- Sukhdev, P. (22/1/2010). You can have progress without GDP led growth. (E. (http://www.theecologist.org/Interviews/402389/pavan_sukhdev_you_can_have_progress_wiouth_gdpled_growth.html), Entrevistador)
- Teixeira, A. (2009). Produção e comercialização integrada de produtos caprinos e ovinos com denominação de origem. *4º Simpósio Internacional SINCORTE*.
- Turismo de Portugal (2012). *Os resultados do Turismo: 4º Trim 2011*.
- Turismo de Portugal (2007). *PENT - Plano estratégico do Turismo em Portugal*.
- Wilson, C. (2007). *Multifunctional agriculture, a transitions theory perspective*. Oxfordshire: CABI.
- WWF/CEABN (2008) Sobreiro uma barreira contra a desertificação consultado a 15/3/2012 em: assets.panda.org/downloads/relatorio_desertificacao.pdf

Referências: Herdade do Freixo do Meio

- Sendim, AC- Entrevista - (28/5/2010) *Herdade do Freixo do M. - Um Alentejo biológico e sustentável*. Obtido em 13 de 3 de 2012, de Café Portugal: http://www.cafeportugal.net/pages/iniciativa_artigo.aspx?id=2152

Sendim, AC . Entrevista - Terra Alerta: www.youtube.com/watch?v=fzOBcXFzGWg

Sendim, AC- Entrevista -Regresso ao Campo (www.youtube.com/watch?v=fexkUFeJXp0)

Sendim, AC - Entrevista - Prós e Contras (www.youtube.com/watch?v=7y1EunK3IMM)

Site Herdade do Freixo do Meio: www.herdadedofreixodomeio.com

Naturameio: (HYPERLINK "<http://www.naturameio.wordpress.com>"

www.naturameio.wordpress.com).

LISTA DE FIGURAS

Fig. I - Distribuição das áreas de montado em Portugal Continental.....	pág. 4
Fig. II – Evolução da área de montado por tipos de árvores.....	pág.6
Fig. III – Superfície de Cereais e Culturas Industriais no Alentejo.....	pág.8
Fig. IV – Olival Intensivo no Alentejo	pág. 10
Fig. V – Índice Sintético de Desenvolvimento regional.....	pág. 12
Fig. VI – Serviços dos Ecossistemas.....	pág. 14
Fig. VII – Evolução das exportações de cortiça.....	pág. 26
Fig. VIII – Evolução dos preços de cortiça pagos ao produtor.....	pág. 26
Fig. IX – Porco Alentejano DOP e IGP.....	pág. 30
Fig. X – Diário de Notícias.....	pág. 31
Fig. XI – Novas procuras para o Mundo Rural.....	pág. 44
Fig. XII – Economia da exploração: estratégias para a multifunc.	pág. 49

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 30 de Março de 2012

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de